

# Sumário

Número de notícias: 33 | Número de veículos: 25

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Por trás das telas: como os tributos afetam o comportamento de consumo? ..... 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

FMI reduz projeção de PIB ..... 6

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Real enfraquecido pesa na mesa ..... 7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

'Práticas ameaçam a sustentabilidade da dívida pública', diz documento ..... 8

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL  
ECONOMIA

O milagre econômico de Milei - ANDRÉS OPPENHEIMER ..... 10

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Também é preciso fiscalizar o fiscal de contas públicas estaduais ..... 11

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

Choque comercial de Trump atinge a economia (Artigo) ..... 12

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Preços menores devem afetar lucro da Vale ..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

FMI alerta para risco a emergentes ..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Agrogalaxy teve prejuízo de R\$ 2,5 bi em 2024 ..... 17

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA  
ECONOMIA

Mercado reduz previsão de inflação para 2025, mas supera teto da meta do BC ..... 18

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - ECONOMIA  
ECONOMIA

Dólar despensa para R\$ 5,72 e Bolsa sobe ..... 19

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL  
SEGURIDADE SOCIAL

Obras de reforma e modernização da Estação Cidadania de Santarém alcançam mais de 20% dos serviços ..... 21

G1 - NACIONAL - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

PF faz operação contra fraudes no INSS ..... 22

O GLOBO ONLINE - RJ - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

PF e CGU fazem operação contra esquema nacional de descontos de sindicatos em aposentadorias e pensões .....	23
--	----

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Comissão paga a marketplace pode ser deduzida do IRPJ .....	24
---	----

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

IR: Receita libera hoje consulta de lote residual de restituição .....	26
--	----

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

Triste, mas o Brasil não é o país do futuro - NILSON TEIXEIRA .....	27
---	----

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentado do INSS pode pedir exclusão de desconto indevido de associação; saiba como .....	29
---	----

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Operação investiga fraude de R\$ 6,3 bilhões em benefícios do INSS .....	30
--	----

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Presidente do INSS é afastado após operação da PF e CGU sobre descontos não autorizados em benefícios .....	31
---	----

PORTAL R7 - NACIONAL  
SEGURIDADE SOCIAL

Operação investiga cobrança indevida em benefícios do INSS; prejuízo pode chegar a R\$ 6,3 bi .....	32
---	----

PORTAL UOL  
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentado do INSS pode pedir exclusão de desconto indevido de associação; saiba como (INSS) .....	33
--	----

PORTAL UOL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Novo salário mínimo de 2025 já está vigente e afeta benefícios; veja valor .....	34
--	----

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
SERVIDOR PÚBLICO

Um niteroiense em Harvard - ROBERTO DAMATTA .....	35
---	----

CORREIO POPULAR - CAMPINAS - SP - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

21 de Abril: Um Dia de Revolução, Luto e Fé (Artigo) .....	37
--	----

A GAZETA - MT - POLÍTICA-MT  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Arrecadação já atinge R\$ 1,5 bi .....	39
--	----

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
ECONOMIA

Orçamento sequestrado, País sem rumo (Editorial) ..... 40

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Auditoria do TCU vê gastos fora do Orçamento e cita riscos à economia ..... 42

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Brasil e Alemanha caminham para o fim da bitributação ..... 43

A GAZETA - MT - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Consumo aumenta 5,3% no 1º bi em MT ..... 46

A TARDE - SALVADOR - BA - OPINIÃO  
ECONOMIA

Reflexões de quem usa o transporte público em Salvador (Artigo) ..... 47

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA  
ECONOMIA

Mundo tem risco de recessão ..... 48

# Por trás das telas: como os tributos afetam o comportamento de consumo?

O s **impostos** desempenham um papel crucial na forma como a população consome, afetando desde a escolha de marcas até a redução do consumo de certos produtos.

Ao serem incorporados no preço final de bens e serviços, os **tributos** podem torná-los menos acessíveis, o que leva os consumidores a optar por alternativas mais econômicas ou, até mesmo, a desistir de uma compra.

Em agosto do ano passado, entrou em vigor a Medida Provisória nº 1.236, que estipulou uma taxa sobre bens de até 50 dólares adquiridos por meio de plataformas internacionais. Popularmente conhecida como "taxa das blusinhas", o assunto voltou a repercutir no cenário nacional, quando houve o aumento de 9 Estados acerca do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), passando à taxação de 20%. Antes, o imposto era de 17%.

Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima e Sergipe optaram pelo aumento, enquanto o restante do país seguiu com o percentual já adotado.

Na percepção de Rodrigo Marinho, diretor executivo do Instituto Livre Mercado, entidade que atua em defesa da liberdade econômica no Brasil, o país vive uma balbúrdia tributária. "Cada Estado aplica alíquotas de ICMS diferentes, com regras próprias, benefícios específicos e uma burocracia que desestimula o empreendedor", explica.

De acordo com o especialista, um dos caminhos para resolver essa questão é criar um modelo de concorrência saudável, com regras claras, menos burocracia e responsabilidade fiscal. "Quando os Estados competem de forma transparente e racional, quem ganha é o cidadão, com preços menores, mais empregos e mais investimento", acrescenta.

Além disso, o diretor do Instituto Livre Mercado destaca que é preciso considerar o efeito da Curva de Laffer: ao elevar demais as alíquotas, os estados não arrecadam mais - arrecadam menos, pois desestimulam o consumo, provocam evasão e aumentam a informalidade e o mercado ilegal de produtos. "O equilíbrio entre alíquota e arrecadação é

essencial para uma federação saudável e sustentável", afirma.

Sabe-se que a curva de Laffer é uma teoria econômica que sugere uma relação não linear entre as taxas de imposto e a arrecadação fiscal. Ela postula que, em determinado ponto, aumentar as alíquotas de imposto pode levar a uma redução na receita total arrecadada pelo governo, enquanto diminuir as alíquotas pode levar a um aumento da arrecadação devido ao estímulo econômico resultante.

O sistema tributário foi transformado em uma verdadeira armadilha tanto para quem consome, quanto para quem empreende. "Temos uma das cargas mais elevadas do mundo, mas isso não se traduz em serviços públicos eficientes. Além disso, a complexidade é absurda: são milhares de normas, obrigações acessórias e alíquotas que mudam constantemente. Isso gera insegurança, custos elevados e desincentiva o crescimento econômico", avalia Rodrigo.

Em sua percepção, há uma desconexão entre o quanto o Estado arrecada e o que efetivamente entrega. Além disso, ele pontua que, atualmente, o país encontra-se com uma carga tributária em torno de 34% do Produto Interno Bruto (**PIB**) - um nível digno de países ricos, mas com serviços públicos de países pobres.

"Pior ainda: é uma carga que recai, majoritariamente, sobre o consumo, penalizando os mais pobres. O sistema é regressivo, injusto e sufoca a atividade produtiva. Em vez de premiar quem empreende, ele pune com **tributos** elevados, burocracia e fiscalização agressiva. O Brasil precisa inverter essa lógica", contextualiza.

A SHEIN, varejista global on-line de moda, beleza e lifestyle, enxerga os impactos do aumento do ICMS no território brasileiro. Na percepção da companhia, o maior impacto será sentido pelo consumidor.

"Nessa modalidade de importação feita pela pessoa física, por lei, quem paga os **tributos** é o consumidor e, portanto, o custo tributário é integralmente repassado à população. Hoje, 9 estados optaram por aumentar o ICMS das compras internacionais, sendo que a maioria concentra pessoas com rendas

menores, tal como Acre e Roraima", comenta Anna Beatriz Lima, diretora de Relações Governamentais da marca.

Ela pontua que o que se discute atualmente é manter o imposto em 17% ou aumentar para 20%. Isso porque, nos Estados onde o ICMS é de 17%, a carga tributária total é de pouco mais de 44%. Ou seja, uma blusa de 50 reais passará a custar 72,20. "Já naqueles estados onde se aplica 20% de ICMS, a carga tributária sobe para 50% e a mesma blusinha passará a custar 75 reais. Quase 3 reais de diferença é muito em um país cujo salário-mínimo é de pouco mais de R\$ 1.500,00. Especialmente porque, se pararmos para pensar, 3 reais representam a metade de um dia de trabalho para quem recebe um salário mínimo", diz.

Na percepção de Anna, em um cenário econômico de retração do poder de compra das famílias, cada centavo a mais faz diferença. "E o aumento na tributação dos importados não vai, necessariamente, fazer com que o consumidor faça essa compra no mercado nacional, se o preço for o mesmo ou maior. É um problema de acesso. Aumentar os **tributos** nos estados cuja população tem um poder de compra menor, é acentuar ainda mais as desigualdades e restringir o acesso dessas pessoas", aponta.

Por isso, a diretora de Relações Governamentais da SHEIN ressalta que a marca apoia uma tributação justa, que traga equilíbrio entre todos os concorrentes. "A **Reforma Tributária** foi um passo importante para o Brasil. No entanto, ainda carecemos de uma discussão mais profunda sobre a carga tributária e os benefícios fiscais para fins de isonomia tributária - sobretudo onde deve-se considerar os diferentes modelos de negócios e quem pagará a conta", pondera.

Comportamento de compras no país No final do ano passado, a pesquisa Plano CDE analisou o comportamento de compras on-line no Brasil, com foco na percepção dos consumidores sobre importações e taxações.

Ela foi realizada com uma amostra de 1.500 entrevistas representativas.

A ferramenta trata-se de uma consultoria de pesquisa e avaliação especializada na população das classes C, D e E no Brasil e na América Latina. Realizando estudos com grandes empresas, órgãos multilaterais e com o terceiro setor busca-se apoiar a formulação de políticas, projetos sociais e produtos melhor adaptados às necessidades da base da pirâmide.

"Nossos estudos sobre os hábitos de consumo on-line do público CDE mostram que há um costume já enraizado de realizar compras em lojas virtuais,

independentemente da origem do produto. 68% das classes CDE fizeram compras on-line nos 3 meses anteriores à pesquisa, sendo que 60% deles fez importações", informa Breno Barlach, diretor de Pesquisa de Plano CDE.

O pesquisador pontua que as principais razões para a compra on-line de importados são o custo e, mais importante, a percepção de encontrar produtos únicos, não disponíveis no Brasil - 35% alegaram ser essa a razão principal para ter comprado importados. Inclusive, 60% concordam totalmente com a afirmação "Alguns produtos eletrônicos não estão disponíveis no Brasil a preços acessíveis".

"Esses produtos, em geral, são produtos essenciais de casa, trabalho ou estudo, para 83% dos compradores de importados da base da pirâmide, mostrando que o acesso a um mercado produtivo mais diversificado supre necessidades básicas da população de menor renda. Entre agosto e outubro de 2024, a proporção de quem comprou apenas itens não disponíveis no Brasil subiu de 13% para 19%", acrescenta.

Por isso, para Breno, não surpreende que 72% dos brasileiros sejam contrários ao aumento de **impostos** de produtos importados.

"Metade deles já desistiu de compras no momento do checkout em razão do aumento de **impostos**", afirma. O profissional defende ainda que, apesar da relevância do debate fiscal, é importante considerar que aumentos de **impostos** sobre esses produtos podem significar perda de acesso importante ao consumo pela população de menor renda.

#### Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE

Por trás das telas: como os **tributos** afetam o comportamento de consumo?

#### Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2025/04/23/all.pdf>

# FMI reduz projeção de PIB

A guerra tarifária deflagrada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, tem feito as projeções do mercado para o crescimento da economia global encolherem de forma generalizada, especialmente neste ano. E, ontem, foi a vez de o Fundo Monetário Internacional (FMI) anunciar as novas projeções, que foram reduzidas em relação às estimativas anteriores, feitas antes de o republicano assumir o comando da maior economia do planeta.

No relatório Panorama Econômico Mundial (WEO, na sigla em inglês), divulgado ontem, o FMI passou a prever avanço de 2,8% no Produto Interno Bruto (**PIB**) global, neste ano, dado abaixo dos 3,3% previstos em janeiro, na atualização do WEO de outubro, quando a estimativa para a expansão global era de 3,2%.

O Fundo ainda revisou de 3,2% para 1,7% a previsão de crescimento do comércio mundial, neste ano, e elevou de 4,2% para 4,3% a projeção para **inflação** global. Ao explicar aos jornalistas as novas projeções do WEO, Pierre-Olivier Gourinchas, economista-chefe do FMI, informou que a economia global entrar em uma "Nova Era", em meio a tensões comerciais e alta incerteza política, e, conseqüentemente, com desafios que precisarão ser enfrentados pelo caminho.

"O sistema econômico global sob o qual a maioria dos países operou nos últimos 80 anos está sendo redefinido, conduzindo o mundo a uma nova era. As regras existentes são desafiadas enquanto novas ainda estão por surgir", afirmou. Ele lembrou que a taxa tarifária efetiva dos EUA "ultrapassou os níveis alcançados durante a Grande Depressão, enquanto as contra-respostas dos principais parceiros comerciais elevaram significativamente a taxa global".

As recomendações do Fundo, segundo Gourinchas, exigem prudência e a primeira prioridade "deve ser restaurar a estabilidade da política comercial e forjar acordos mutuamente benéficos". "A economia global precisa de um sistema comercial claro e previsível que resolva as lacunas de longa data nas regras de comércio internacional, incluindo o uso generalizado de barreiras não tarifárias ou outras medidas que distorcem o comércio. Isso exigirá maior cooperação", afirmou.

Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating, reconheceu que a preocupação do FMI com os impactos da guerra tarifária travada por Trump e que teve forte retaliação da China tende a desacelerar o crescimento da economia global e a provocar

pressões inflacionárias, principalmente, nos Estados Unidos.

"O tarifaço de Trump está criando uma nova desordem mundial e é o ponto chave das mudanças nas projeções globais", afirmou.

De acordo com o economista, devido às medidas de estímulo consumo que já começaram a serem adotadas pelo governo, como a liberação de saques do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), nova linha de crédito consignado para trabalhadores da iniciativa privada e a antecipação do 13º salário dos aposentados - cuja primeira parcela estará disponível a partir de hoje -, o risco de recessão neste ano é remoto, especialmente com a perspectiva de que Trump não conseguirá manter em pé as medidas protecionistas.

"A gente não prevê essa questão da recessão na economia global, porque o Trump vai acabar recuando. Essa guerra comercial é um jogo de perdedores. Ninguém ganha. E, por enquanto, as projeções recentes do FMI e de outros órgãos multilaterais estão mais otimistas do que os alertas que eles estão fazendo", afirmou Agostini. Ele tinha uma projeção mais pessimista do que o mercado para o **PIB** brasileiro deste ano, e, acaba de revisar de 1,5% para algo entre 1,7% a 1,8%, devido ao fato de os indicadores dos primeiros meses do ano indicarem uma atividade mais forte.

**Sítio:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/04/23/all.pdf>

# Real enfraquecido pesa na mesa

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, afirmou, ontem, em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, que a alimentação no domicílio é o grupo (dentro dos preços livres) mais impactado pela depreciação do real.

Segundo apresentação da autoridade monetária, uma depreciação cambial de 10% aumenta a **inflação** de alimentos em 1,4 ponto percentual.

"Estamos falando de 60%, 70% da produção de commodities e alimentos no país com alguma correlação elevada com a taxa de câmbio", disse Galípolo em sua fala inicial, ressaltando que mais da metade das despesas dos empreendimentos rurais está ligada, em algum grau, ao câmbio.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu 0,56% em março. No acumulado dos últimos 12 meses, o índice oficial de **inflação** atingiu 5,48%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A alta de preços foi puxada pelo grupo alimentação e bebidas, que acelerou de 0,70% em fevereiro para 1,17% em março, respondendo por cerca de 45% do IPCA de março, o maior impacto no índice.

Contribuíram para esse resultado as altas do tomate (22,55%), do ovo (13,13%) e do café moído (8,14%).

Segundo Galípolo, a **inflação** no Brasil está bastante disseminada entre os grupos e não é algo pontual, o que gera incômodo entre todos os membros da diretoria colegiada do BC.

Possível novo estouro da meta O alvo central perseguido pelo BC é 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. Isso significa que a meta é considerada cumprida se oscilar entre 1,5% (piso) e 4,5% (teto). A autarquia prevê novo estouro da meta de **inflação** em junho, conforme o sistema de avaliação contínua que entrou em vigor neste ano.

Segundo o presidente do BC, a possibilidade do impacto tarifário imposto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, gerar algum tipo de desaceleração na economia norte-americana e, conseqüentemente, na economia global ganhou força ao longo do primeiro trimestre.

"O que sinalizou uma ideia de dólar mais fraco e

atividade econômica mais fraca nos Estados Unidos. Essa dinâmica foi ganhando predominância ao longo do primeiro trimestre", disse.

De acordo com Galípolo, a interpretação atual sobre o ambiente internacional oscila entre um cenário de desaceleração em função da incerteza gerada pela política de Trump, que posterga consumo e investimentos, para um cenário de aversão a risco, no qual a escalada da guerra tarifária pode trazer um cenário de desaceleração mais abrupta e mais forte.

Para o chefe da autoridade monetária, o cenário é ainda mais complexo hoje porque o que é conhecido como o ativo mais seguro da economia "está sendo um pouco questionado".

"Historicamente, quando se tem cenário de aversão de risco, o que se costuma fazer é correr para o dólar e para títulos soberanos norte-americanos, desta vez o epicentro da crise está vindo da economia norte-americana. É perceptível, entre os agentes econômicos, uma dúvida sobre para onde se deve procurar proteção num momento de aversão a risco", disse.

A economia brasileira fechou 2024 com alta de 3,4% no acumulado do ano, mas perdeu ritmo no quarto trimestre, segundo dados do Produto Interno Bruto (**PIB**) divulgados pelo IBGE. Em março, o BC reduziu de 2,1% para 1,9% a sua projeção de crescimento do **PIB** para este ano.

Em março, o Copom (Comitê de Política Monetária) elevou a taxa básica de juros (Selic) em um ponto percentual, a 14,25% ao ano. Na ocasião, o colegiado do BC antecipou que a escalada de juros deve continuar na reunião do mês que vem, mas com um movimento de menor intensidade. O próximo encontro está previsto para os dias 6 e 7 de maio (Da Folhpress).

Site: [https://acervo.maven.com.br/temp\\_site/issue-42c88875bb90aeed57f01609fef5d9d7.pdf](https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-42c88875bb90aeed57f01609fef5d9d7.pdf)

# 'Práticas ameaçam a sustentabilidade da dívida pública', diz documento

Apesar das ressalvas de que a auditoria não está concluída e que o governo age com o aval do Congresso, os técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU) apontam riscos objetivos que as práticas em curso na gestão pública federal podem ter sobre a economia.

"As práticas mencionadas podem ensejar perda de credibilidade nas contas públicas e riscos à sustentabilidade da dívida pública, o que tem condão de provocar desvalorização da moeda nacional, aumento da **inflação**, fuga de investidores e outros efeitos práticos na vida do cidadão", diz o texto do Tribunal.

A utilização de "estímulos fiscais excessivos" pressiona a política monetária, enquanto a expansão de gastos fora das regras fiscais e orçamentárias aprofunda o antagonismo entre políticas fiscal e monetária, forçando a elevação da taxa básica de juros como resposta à perda de previsibilidade fiscal, diz o TCU.

A seguir, os quatro principais pontos destacados pela auditoria da Corte:

1\* Não recolhimento de receitas públicas à Conta Única da União

O TCU vê problemas no projeto de lei que cria o Novo Auxílio Gás, e também no não recolhimento de honorários advocatícios de advogados públicos, desde 2017, ainda sob o governo **Temer**.

No caso do Auxílio Gás, a proposta enviada pelo governo, que ainda não foi votada pelo Congresso, prevê a "transferência direta de recursos públicos provenientes da comercialização de petróleo à Caixa Econômica, sem que tais valores transitem pela conta única do

Tesouro Nacional" - ou seja, sem passar pelo Orçamento.

A equipe econômica deve enviar ao Legislativo neste ano um projeto de redesenho do benefício. O desafio é acomodar no Orçamento a promessa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de entregar "gás de graça" a 22 milhões de famílias.

2\* Utilização de fundos privados ou entidades para implementar políticas públicas

O TCU cita o programa Pé-de-Meia, aprovado pelo Congresso, e que paga bolsas a alunos do ensino médio. Segundo técnicos da Corte, fundos privados estão sendo acionados para custear o programa "sem autorização orçamentária".

Em fevereiro, o TCU liberou os pagamentos do programa que haviam sido bloqueados em janeiro, por serem operados fora do Orçamento - em desrespeito às regras fiscais.

Integrantes da Corte de Contas cobraram a inclusão do programa na peça orçamentária, mas liberaram os repasses até que o Congresso decida sobre o tema, sem um prazo específico, e deu 120 dias para o governo apresentar uma solução.

No documento do TCU, técnicos também citam o Fundo Rio Doce, criado para compensar atingidos pelo rompimento da barragem de Mariana, em Minas Gerais.

"Serão repassados R\$ 29,75 bilhões, sem cursar pelo Orçamento, ainda que o acordo estabeleça a realização de ações que se enquadrem como típicas políticas públicas".

3\* Utilização de fundos públicos em políticas de concessão de crédito

O TCU cita o repasse de recursos de fundos públicos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a implementação de políticas de concessão de crédito. "Apenas em 2024, os fundos públicos repassaram mais de R\$ 30 bilhões diretamente ao BNDES", diz o documento.

A auditoria também cita a criação da faixa 4 do Minha Casa, Minha Vida (MCMV), lançada na semana passada, que cria um novo teto de renda familiar de R\$ 12 mil mensais, para financiar imóveis de até R\$ 500 mil.

Os recursos para a ampliação do programa virão do Fundo Social do Pré-Sal, uma vez que o governo redirecionou R\$ 15 bilhões desse fundo para o MCMV. O TCU aponta que, apesar de os recursos financeiros

transferidos não terem impacto sobre o resultado primário (saldo entre receitas e despesas, sem contar os juros da dívida), "possivelmente essa política pública sensibilizará a dívida líquida do setor público no longo prazo".

^4\* Falta de transparência dos recursos públicos depositados em fundos públicos e privados

O TCU aponta dificuldade para acessar dados dos fundos públicos e privados, o que leva à falta de transparência sobre o uso desses recursos.

"Verificou-se que não há plataforma centralizada em que se dê plena transparência da utilização dos fundos públicos e privados. As informações são incompletas e significativamente dispersas, dificultando até mesmo a obtenção de informações por especialistas", aponta o documento, que será apresentado hoje pelo TCU.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# O milagre econômico de Milei - ANDRÉS OPPENHEIMER

**ANDRÉS OPPENHEIMER**

O presidente argentino, Javier Milei, acaba de ser incluído na lista da revista Time de líderes mais influentes do mundo em 2025, e seus críticos imediatamente minimizaram a notícia.

Afinal, disseram, é a mesma revista que, há alguns anos, incluiu o ditador norte-coreano, Kim Jong-un, na mesma lista e escolheu Adolf Hitler como "Homem do Ano" em 1938.

No entanto, é hora de reconhecer o êxito de Milei na economia.

Apesar de todas as suas falhas, a terapia de choque de livre mercado restaurou a esperança de que a Argentina possa finalmente deixar para trás 80 anos de políticas populistas que arruinaram o país. Alguns economistas já estão prevendo um possível "milagre econômico" na Argentina.

Os governos peronistas destruíram a economia aumentando gastos públicos, regulamentações e (da mesma forma que Trump está fazendo nos EUA) tarifas sobre importações.

Eles transformaram a Argentina de uma das nações mais ricas do mundo, no início do século 20, em um país economicamente isolado e cada vez mais pobre.

Desde que assumiu a presidência, em dezembro de 2023, Milei reduziu a **inflação** de quase 300%, no início de 2024, para 67%, em fevereiro.

A pobreza caiu de 53% da população, no primeiro semestre do ano passado, para 38%, no segundo semestre. E a economia argentina crescerá saudáveis 5% este ano, de acordo com o FMI.

"O que Milei está fazendo não tem paralelo nos mercados emergentes", disse Alejandro Werner, diretor do Instituto das Américas da Universidade de Georgetown e ex-diretor do Departamento do Hemisfério Ocidental do FMI.

LEGADO. Sem dúvida, ainda podem surgir problemas capazes de inviabilizar as reformas de Milei. Se seu partido tiver um desempenho ruim nas eleições legislativas de outubro, os investidores podem **temer**

que a oposição peronista retorne ao poder em 2027, e os investimentos serão paralisados.

Outro risco é que Milei perca apoio por seu hábito de insultar jornalistas, economistas e legisladores, muitas vezes nos termos mais grosseiros.

Ele precisará de todo o apoio possível para consolidar suas conquistas. A prova definitiva de seu êxito será ele vencer as eleições de 2027 e conseguir entregar o poder em 2031 a um presidente eleito democraticamente que dê continuidade às suas políticas econômicas.

Se conseguir controlar seu temperamento e fizer isso, Milei poderá entrar para a história como um dos maiores presidentes da Argentina. I TRADUÇÃO DE GUILHERME RUSSO

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Também é preciso fiscalizar o fiscal de contas públicas estaduais

Criados no âmbito do Poder Legislativo para fiscalizar os gastos públicos, os tribunais de contas estaduais (TCEs) também precisam ser fiscalizados. Levantamento feito pelo GLOBO constatou que a média dos salários recebidos pelos conselheiros dos tribunais de 26 estados e do Distrito Federal no primeiro trimestre ultrapassou o teto constitucional - R\$ 46.366,37 mensais, o equivalente ao salário de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Em 22 estados, na média os conselheiros receberam acima do teto. Mesmo nos cinco em que ficaram abaixo - São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Santa Catarina e Rio de Janeiro -, nenhum embolsou menos de R\$ 40 mil mensais.

No país das disparidades sociais e das aberrações no setor público, nem a instituição que tem como dever zelar pelo destino do dinheiro dos **impostos** dá bom exemplo. Exatamente como nas corporações do funcionalismo incrustadas no Judiciário e no Ministério Público, também proliferam nos TCEs supersalários construídos com respaldo em decisões do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). É assim que a média da remuneração mensal dos conselheiros atingiu, no trimestre, R\$ 69,7 mil. Os maiores supersalários são pagos aos conselheiros dos TCEs de Alagoas (R\$ 134,7 mil), Roraima (R\$ 108,8 mil) e Pernambuco (R\$ 100,6 mil).

Embora flagrantemente imorais, tais supersalários são urdidos com base em interpretações legais do STF e do CNJ. A manobra crítica para permitir o estouro do teto constitucional é a distinção entre o salário em si e as "verbas indenizatórias", auxílios de toda sorte sobre os quais não se paga Imposto de Renda nem se recolhe contribuição à Previdência. São os populares "penduricalhos", até hoje à espera de regulamentação no Congresso. Os integrantes dos TCEs já têm salário-base alto (entre R\$ 37 mil e R\$ 41 mil), mas os "penduricalhos" lhes garantem remuneração consistentemente acima do teto do setor público. Os mais comuns são auxílio-saúde, gratificação por acúmulo de função, licença-prêmio e indenizações retroativas. No TCE de Alagoas, um conselheiro recebeu num único mês R\$ 180 mil.

Tem sido grande a criatividade para criar adicionais aos salários que, em algum momento, gerarão pagamentos "indenizatórios". Os TCEs se inspiram no mecanismo consagrado no Judiciário e no Ministério

Público. Também buscam vincular a remuneração dos conselheiros às carreiras no Judiciário, embora ainda com pouco êxito. A intenção, comum no universo da burocracia estatal, nas três esferas da administração pública, é usar aumentos concedidos a uma categoria como gatilho para obter reajustes noutras funções. Ao investigar os ralos por onde escoam recursos que faltam para melhorar os serviços básicos de que carece a população, os conselheiros dos TCEs poderiam começar examinando o próprio contracheque.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Choque comercial de Trump atinge a economia (Artigo)

**Martin Wolf é o principal comentarista econômico do Financial Times.**

Ao longo das duas últimas décadas, a economia mundial tropeçou de um choque para outro: a crise financeira; a guerra comercial do primeiro mandato de Donald Trump contra a China; a covid-19; a **inflação** pós-pandemia; a invasão da Ucrânia pela Rússia; a guerra no Oriente Médio; e agora a guerra comercial "vamos detonar a economia mundial só por diversão" de Trump 2.0, que trouxe as tarifas de importação médias dos Estados Unidos de volta a níveis que não se viam há mais de um século, com a possibilidade de que haja mais por diante se as "tarifas recíprocas" forem impostas de novo.

Cabe ao Fundo Monetário Internacional (FMI) compreender qual é o sentido desse choque desnecessário e o que ele pode significar para a economia mundial. Em seu último relatório Perspectivas da Economia Mundial (WEO, na sigla em inglês), o FMI fez o melhor que pôde para decifrar isso. Mas isso não quer dizer que ele tenha entendido. Ninguém entende. Além das fragilidades deixadas por turbulências anteriores e da ignorância habitual sobre como nossa complexa economia mundial funciona, todos nos defrontamos com a enorme dificuldade de que não temos ideia do que Trump fará a seguir ou de como outros reagirão.

Em consequência, a maior realidade que podemos identificar, para além das tarifas proibitivas impostas pelos EUA e pela China, é a incerteza elevada. Isso, por si só, é paralisante em termos da economia. De fato, uma das muitas realidades deprimentes do governo Trump é sua incapacidade de compreender que, em uma sociedade livre, pode-se dizer que o papel mais importante do governo é reduzir a incerteza, e não fazer tudo o que puder para aumentá-la.

Uma das muitas realidades deprimentes do governo Trump é sua incapacidade de compreender que, em uma sociedade livre, pode-se dizer que o papel mais importante do governo é reduzir a incerteza, e não fazer tudo o que puder para aumentá-la

Consideremos o contexto do choque de Trump. Como Pierre-Olivier Gourinchas, conselheiro econômico do FMI, observa em seu prefácio ao WEO: "A economia

mundial demonstrou uma resiliência surpreendente durante os fortes choques dos últimos quatro anos". A **inflação** baixou de suas altas prolongadas. As taxas de desemprego e de vagas não ocupadas também começaram a voltar para os níveis anteriores à pandemia. O crescimento mundial voltou a ser de cerca de 3%, um percentual abaixo do que era habitual no passado, mas pelo menos respeitável, enquanto a produção se aproximou do seu potencial. No entanto, muitas economias também continuaram abaixo das tendências anteriores à pandemia. Os EUA foram a maior exceção do lado positivo.

As coisas estavam melhorando, mas também havia fragilidades significativas. Em muitos países, a **inflação** ainda não está de volta à meta de maneira firme. De modo geral, os níveis de dívida pública e déficits estão elevados, em grande parte como resultado das iniciativas para mitigar choques anteriores. As taxas de juros também estão em níveis elevados. Por conseguinte, hoje é muito mais difícil usar a política fiscal ou a monetária para amortecer os golpes. Não é nenhuma surpresa que as previsões de crescimento estejam sendo rebaixadas. Também não é de surpreender que Trump esteja em guerra com Jerome Powell, do Federal Reserve. Este último está certo em resistir. Lembro-me de como os ciclos de **inflação** dos anos 1970 foram devastadores para a confiança. Não precisamos de repetições em nossa frágil economia mundial.

O FMI também explica como tarifas elevadas funcionam como um choque de oferta para aqueles que as impõem, o que reduz a produtividade e aumenta os custos unitários. Os que são atingidos se veem diante de um choque de demanda negativa, à medida que a demanda por exportações diminui e pressiona os preços para baixo. Segundo o WEO, "em ambos os casos, a incerteza comercial acrescenta uma camada de choque de demanda, já que a reação de empresas e famílias é adiar investimentos e gastos, e esse efeito pode ser amplificado por condições financeiras mais restritivas e maior volatilidade da taxa de câmbio".

A "previsão de referência" do relatório do FMI se baseia em medidas anunciadas em 4 de abril e diz: "O crescimento mundial deve se enquadrar nesta opção, de estimados 3,3% em 2024 para 2,8% em 2025, antes de se recuperar para 3% em 2026. Isso está

abaixo das projeções incluídas na Atualização do WEO de janeiro de 2025, em 0,5 ponto porcentual para 2025 e 0,3 ponto porcentual para 2026, com revisões para baixo no que se refere a quase todos os países".

Essa previsão omite o impacto das mudanças ocorridas depois de 4 de abril. Em 9 de abril, por exemplo, Trump suspendeu por 90 dias as tarifas mais altas para muitos países. Ao mesmo tempo, ele aumentou as tarifas sobre produtos chineses e manteve a tarifa mínima de 10% para todos os países. A China voltou a contra-atacar. Dois dias depois, os EUA anunciaram uma isenção para muitos aparelhos eletrônicos. A China aumentou as tarifas sobre produtos americanos mais uma vez em 12 de abril. Em 14 de abril - a data limite para o WEO, segundo o próprio relatório - "a tarifa efetiva dos EUA sobre produtos chineses era de 115%, enquanto a imposta pela China aos produtos americanos era de 146%, e a tarifa efetiva dos EUA sobre o mundo como um todo era de cerca de 25%, um salto em comparação com os 3% de janeiro de 2025".

Esta, em suma, é uma economia mundial que se defronta com enormes riscos negativos: desacoplamento brutal das superpotências; pressão tanto dos EUA como da China para que se escolha entre um dos dois; forte perda de confiança na confiabilidade e no bom senso dos EUA e, conseqüentemente, uma fuga em relação ao dólar; crises fiscais e financeiras; distúrbios financeiros e econômicos em países emergentes e em desenvolvimento em um mundo no qual o auxílio oficial encolhe de maneira rápida; crises econômicas e humanitárias profundas; instabilidade social e política exacerbada; e até mesmo grandes guerras.

Naturalmente, o Fundo não tem como examinar as implicações geopolíticas do possível desmembramento do mundo integrado que os próprios EUA criaram ao longo das últimas oito décadas. Mas a questão é saber se a extensão total desses riscos negativos pode ser evitada. Isso aponta para a possibilidade de que o medo do momento leve as pessoas a recuarem da beira do abismo e, assim, moldarem uma nova ordem mundial. É possível, por exemplo, que a China finalmente perceba que não pode depender da demanda mundial para impulsionar sua enorme economia. Se ela por fim mudar para uma economia movida pela demanda interna, poderá pelo menos mitigar a crise mundial. É possível também que os EUA abandonem sua nostalgia fútil por uma economia manufatureira que nunca mais retornará e, em consequência, mudem na direção de políticas comerciais mais comedidas - na verdade, mais sensatas.

Eu não estou otimista. Mas posso ter esperanças. Não podemos nos dar ao luxo de continuar no rumo do desastre econômico e político. (Tradução de Lilian Carmona)

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188174?page=12&section=1>**

# Preços menores devem afetar lucro da Vale

**Rafael Rosas e Kariny Leal Do Rio**

Os menores preços do minério de ferro e das pelotas devem contribuir para uma leve queda no resultado da Vale no primeiro trimestre, na comparação com igual período de 2024. Estimativas de cinco bancos obtidas pelo Valor apontam para lucro líquido médio de US\$ 1,65 bilhão nos três primeiros meses do ano, o que, caso se confirme, significará queda de 1,78% frente ao ganho apurado no mesmo intervalo do ano passado.

A receita líquida média prevista é de US\$ 7,63 bilhões e o lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) é de US\$ 3,112 bilhões. Caso se confirmem, significarão recuos de 9,69% e de 10,5%, respectivamente, frente aos três primeiros meses de 2024. Foram compiladas estimativas de Itaú BBA, UBS BB, Goldman Sachs, Citi e BTG Pactual.

A maior projeção para o lucro líquido foi do BTG Pactual, que estima ganho de US\$ 2,247 bilhões entre janeiro e março, enquanto a menor projeção foi do Itaú BBA, com US\$ 1,1 bilhão.

A receita líquida variou entre a projeção de US\$ 5,1 bilhões do UBS BB e a estimativa de US\$ 8,4 bilhões do Goldman Sachs. As projeções para o Ebitda oscilaram entre os US\$ 3 bilhões do Goldman Sachs e os US\$ 3,2 bilhões do Itaú BBA.

Depois que a mineradora divulgou o relatório de produção do primeiro trimestre, na terça-feira (15), o Itaú BBA afirmou que se mantém "confortável" com as estimativas de lucro líquido de US\$ 1,1 bilhão, receita líquida de US\$ 8,2 bilhões e Ebitda de US\$ 3,2 bilhões.

"Na divisão de ferrosos, esperamos que os embarques mais elevados na comparação anual sejam mais que compensados pelos menores preços realizados e pelos custos mais elevados", diz o relatório assinado pelos analistas Daniel Sasson, Edgard Pinto de Souza, Marcelo Furlan Palha-res e Barbara Soares.

A mineradora fechou o primeiro trimestre com vendas de minério de ferro e pelotas de 66,1 milhões de toneladas, 3,6% a mais na comparação com os três primeiros meses do ano passado. Em contrapartida, os preços realizados dos finos de minério de ferro caíram 9,8% na mesma comparação, para US\$ 90,80 por tonelada, enquanto o preço realizado de pelotas recuou 18,1%, para US\$ 140,80 por tonelada.

Para a divisão de metais básicos, o Itaú BBA projeta aumento do Ebitda, fruto de custos menores e maiores volumes de níquel e cobre. Segundo o relatório de produção, as vendas de cobre no primeiro trimestre subiram 6,6% frente a igual período de 2024, para 81,9 mil toneladas métricas, com preço médio realizado de US\$ 8.891 por tonelada, 15,7% acima dos três primeiros meses do ano passado. A produção de níquel avançou 17,5% na mesma comparação, para 38,9 mil toneladas, com preço médio realizado de US\$ 16.106 por tonelada, queda de 4,4%.

O UBS BB, em relatório assinado pelos analistas Caio Greiner, Myles Allsop e Arthur Biscuola, afirma que continua a enxergar um "progresso operacional sólido para a companhia" e uma mudança em andamento que pode ajudar as ações a médio prazo. Entretanto, o banco mantém o rating neutro para as ações da mineradora por conta do cenário de pressão nos mercados de minério de ferro, devido às crescentes tensões comerciais e à desaceleração do crescimento chinês.

A divulgação dos resultados do primeiro trimestre da Vale está prevista para quinta-feira (24), após o fechamento do mercado.

3,6% foi a alta nas vendas de pelotas e minério

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188174?page=1&section=1>

# FMI alerta para risco a emergentes

*Liane Thedim e Rita Azevedo Rio e São Paulo*

O mercado de capitais mundial absorveu bem os efeitos do "tarifaço" do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, mas o aperto das condições financeiras observado nas últimas três semanas "tem impacto desproporcional sobre os países mais vulneráveis", afirmou ontem, em Washington, Tobias Adrian, chefe do Departamento de Mercados de Capitais do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Adrian afirmou que, caso a economia global de fato desacelere, conforme as previsões, acarretará queda dos preços das commodities e aumentará ainda mais o impacto para muitas nações em desenvolvimento. No entanto, avaliou que muitos países ainda têm margem de manobra na política monetária e, alguns - "apenas alguns", reforçou" -, na área fiscal.

"Portanto, parece que este será um período desafiador, com incertezas e preços de commodities pesando sobre as economias dos mercados emergentes", disse ele, durante entrevista para comentar a atualização do Relatório de Estabilidade Financeira Global, divulgada ontem.

Adrian ressaltou que, apesar de os spreads soberanos de países emergentes terem subido, as emissões até o momento têm se mantido fortes. O nível de dívida global, que vem crescendo desde a pandemia, é uma das vulnerabilidades que o Fundo vem monitorando. De acordo com ele, o aumento nos níveis de dívida em relação ao **PIB** no mundo pode "trazer alguns desafios em termos do funcionamento do setor financeiro", por estarmos em um momento em que vários bancos centrais estão implementando algum aperto monetário.

O Fundo, prosseguiu ele, observou um grande aumento da resiliência entre os emergentes em relação aos cinco anos anteriores à pandemia, o que indica que a qualidade institucional melhorou. "Tudo o que estamos vendo agora parece estar funcionando muito bem, mesmo com esse tipo de choque, não é uma grande preocupação." O representante do FMI frisou que, no caso dos Estados Unidos, há "muitas maneiras de ajustar despesas e receitas" e que o nível de dívida do país é administrável.

Segundo ele, a resiliência e a profundidade dos mercados, com avanços regulatórios e políticos, estão facilitando a melhor absorção do clima de incerteza gerado pela guerra comercial. No entanto, afirmou que "ainda não se sabe para onde os Estados Unidos e

outras economias vão". Adrian avaliou que, diante desse cenário, pode-se concluir que "a precificação está fraca em relação ao maior nível de incerteza". Ou seja, novas correções nos preços de ativos no mercado financeiro global podem acontecer.

Para ele, as ações americanas, principalmente as de tecnologia, já haviam subido muito e os spreads de crédito estavam muito apertados para os padrões, e acabaram sofrendo ajustes após o tarifaço de Trump. Mas ele apontou que, pelos padrões históricos, os índices de relação entre preço e lucro das ações, por exemplo, continuam bastante elevados, assim como os spreads ainda estão razoavelmente contidos. "Portanto, a persistência [da alta] nas avaliações de ativos é uma vulnerabilidade que estamos observando de perto", comentou Adrian. "Mas há riscos tanto de alta quanto de baixa. E certamente poderíamos ver um potencial de alta se a incerteza for reduzida daqui para a frente." De acordo com o representante do FMI, outra vulnerabilidade que o Fundo vem acompanhando é em relação à alavancagem e ao crescimento do setor não-bancário, cujo peso na intermediação financeira no mercado de capitais mundial vem crescendo. "Há alguns sinais de alerta que levantamos, particularmente em termos da capacidade das corretoras de continuar intenediando, fornecendo liquidez à dívida pública." O relatório detalha que aumentou o risco de intermediários não-bancários que não tenham um bom gerenciamento sejam forçados a reduzir sua alavancagem ao enfrentarem chamadas de margem e resgates.

Na coletiva, Caio Ferreira, também do Departamento dos Mercados de Capitais do FMI, destacou que o desenvolvimento do mercado de capitais, por meio do crescimento dessas instituições não-bancárias em todo o mundo, é importante e positivo. "Diversificamos a fonte de financiamento e o crédito para a economia real, e os riscos, entre um conjunto mais amplo de instituições. Isso é bom para a economia e também para a estabilidade financeira."

Sobre a desvalorização recente do dólar no mercado internacional, Adrian avaliou como "de magnitude proporcional". "Há alguns indícios de que os movimentos da taxa de câmbio estão relacionados a realocações de recursos de investidores. Mas a magnitude é relativamente pequena em relação ao aumento dos fluxos para ativos americanos nos últimos anos." Segundo ele, ainda não se sabe até que ponto esses movimentos são apenas um impacto temporário ou mais duradouro.

"É um tanto incomum ver o dólar cair nas últimas duas semanas, na verdade, quando os preços das ações caíram e os rendimentos de longo prazo aumentaram. Mas o quão duradouro isso será, é muito cedo para dizer. Os mercados de capitais dos Estados Unidos continuam sendo os maiores e mais líquidos do mundo", afirmou. Para emergentes, o relatório descreve o risco de saída de capitais, o que aumenta a necessidade de fortalecimento das reservas internacionais.

Leia mais na página A13

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188174?page=2  
&section=4](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188174?page=2&section=4)**

# AgroGalaxy teve prejuízo de R\$ 2,5 bi em 2024

**Gabriella Weiss De São Paulo**

A distribuidora de insumos AgroGalaxy, que entrou em recuperação judicial em setembro do ano passado, registrou no quarto trimestre de 2024 um prejuízo líquido ajustado de R\$ 292,4 milhões, em comparação com um lucro líquido ajustado de R\$ 107,9 milhões no mesmo período de 2023. A perda do trimestre contribuiu para que a companhia encerrasse o ano com um prejuízo líquido ajustado de R\$ 2,5 bilhões, ante uma receita de R\$ 4,6 bilhões.

O resultado refletiu eventos não recorrentes relacionados à recuperação judicial e à prioridade que a companhia deu para garantir liquidez imediata, em vez de buscar maximizar margens.

Segundo Eron Martins, CEO da companhia, o quarto trimestre foi marcado pelo movimento da empresa para monetizar ativos e iniciar as negociações com os credores. "Não é um cenário espetacular, porque é um momento de recuperação judicial, mas hoje vemos de uma forma muito mais positiva, com uma geração de caixa fundamental para gerar liquidez. Fazia parte da estratégia para poder aprovar o plano e respeitar os compromissos."

Mesmo assim, o faturamento sofreu um forte tombo, enquanto a margem foi negativa. A receita líquida do trimestre caiu quase 70%, a R\$ 741 milhões. Já o lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização (Ebitda) do trimestre foi negativo em R\$ 206,3 milhões - um ano antes, o Ebitda foi positivo em R\$ 281,7 milhões.

A divulgação dos resultados atrasou um mês porque, desde que realizou demissões para cortar custos, a AgroGalaxy está com poucos funcionários para consolidar informações financeiras.

Uma das estratégias para garantir liquidez foi realizar vendas à vista com desconto no lugar de transações que tradicionalmente seriam a prazo. A distribuidora também buscou produtores capitalizados que lhe deviam para que pagassem suas dívidas antecipadamente mediante desconto.

Os efeitos da proteção contra os credores também aparecem no resultado do ano. O Ebitda ajustado de 2024, por exemplo, ficou negativo em R\$ 1,6 bilhão,

mas se forem excluídos os efeitos não recorrentes da recuperação judicial, o Ebitda teria sido negativo em R\$ 589 milhões. Segundo o diretor financeiro, Luiz Conrado Sundfeld, a maior parte dos ajustes não recorrentes não teve efeito no caixa.

Entre os efeitos da recuperação judicial estão a provisão para devedores duvidosos, pagamento de multas de contratos de grãos e contratos de aluguéis rompidos pelo fechamento de lojas, vendas com baixo desempenho, estoques vencidos e provisões para despesas da RJ.

Também entram na conta a liquidação de contratos futuros e a reestruturação de dívidas de produtores que deviam à companhia. Segundo Conrado, esses fatores são "normais em negócios interrompidos abruptamente e, por isso, são contabilizados como efeitos pontuais, com possibilidade de reversão no futuro". No ano, a receita líquida de R\$ 4,6 bilhões representou uma queda de 51%.

Para 2025, o CEO vê uma retomada "pé no chão". A empresa projeta receita líquida de R\$ 1,8 bilhão, menos da metade do obtido no último ano, mas um lucro líquido de R\$ 793,6 milhões. Martins disse ver um movimento positivo de negociações com fornecedores e produtores para formar estoques para o segundo semestre, quando ocorre o maior volume de entregas.

R\$292 milhões foi a perda no trimestre

Para este ano, vemos uma retomada "pé no chão" Eron Martins

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188174?page=1&section=1>

# Mercado reduz previsão de inflação para 2025, mas supera teto da meta do BC

A expectativa do mercado financeiro para a **inflação** oficial do país em 2025 apresentou uma leve queda nesta terça-feira (22/04), ao passar de 5,65% para 5,57%, segundo o Boletim Focus, divulgado pelo Banco Central. A nova projeção ainda supera o teto da meta de **inflação** estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 4,5%. A meta central do BC continua sendo 3%, com uma margem de tolerância de 1,5 ponto percentual. Ou seja, a **inflação** esperada segue acima do intervalo considerado aceitável pela autoridade monetária.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu 0,56% em março, puxado principalmente pelos preços dos alimentos. No acumulado de 12 meses, o indicador soma 5,48%. Apesar da desaceleração frente aos 1,31% registrados em fevereiro, a **inflação** segue disseminada, com destaque para os núcleos.

Diante desse quadro, o Banco Central elevou a taxa básica de juros (Selic) para 14,25% ao ano em sua última reunião, em março. Foi o quinto aumento consecutivo, em uma tentativa de conter a **inflação** e a demanda aquecida. No horizonte mais longo, o Focus projeta um movimento gradual de queda na taxa de juros: 12,5% em 2026, 10,5% em 2027 e 10% em 2028.

**Site:** [https://cdn.oestadoce.com.br/wp-content/uploads/2025/04/01-CAPA\\_merged-1.pdf](https://cdn.oestadoce.com.br/wp-content/uploads/2025/04/01-CAPA_merged-1.pdf)

# Dólar despensa para R\$ 5,72 e Bolsa sobe

O dólar despencou 1,36% nesta terça-feira (22), volta do ífero prolongado no Brasil. A cotação final foi de R\$ 5,737, com investidores atentos ao noticiário dos Estados Unidos.

Um possível arrefecimento da guerra comercial dos norte-americanos com a China deu novo fôlego às negociações, levando os principais índices acionários de Wall Street a uma disparada. O S P 500, referência do mercado dos EUA, subiu 2,51%, enquanto Nas-daq Composite e Dow Jones avançaram 2,71% e 2,66%, respectivamente.

O bom humor se propagou para a Bolsa brasileira, que subiu 0,62%, a 130.464 pontos. Segundo reportagem da agência Bloomberg, o secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bessent, disse que o impasse tarifário com a China não é sustentável e que ambas as economias terão que encontrar maneiras de diminuir a tensão comercial.

O comentário foi feito em uma cúpula de investidores

a portas fechadas organizada pelo JPMorgan Chase, sem presença de público ou membros da imprensa.

A desescalada vai acontecer em um futuro muito próximo, segundo Bessent. Ele caracterizou a situação atual como um embargo comercial, segundo pessoas presentes na sessão, e disse que o objetivo dos EUA não é se desvincular da China.

As duas maiores economias do mundo estão em cabo de guerra desde 2 de abril, quando o presidente Donald Trump anunciou tarifas "recíprocas" aos parceiros comerciais dos EUA. Com contra-ataques de ambos os lados, as taxas impostas a produtos chineses chegaram até 145%, e as aplicadas aos produtos norte-americanos pela China bateram 125%.

Um acordo abrangente entre os dois países pode levar mais tempo, algo em torno de dois a três anos, mas Bessent expressou otimismo ao dizer que as tensões podem diminuir nos próximos meses e, assim, trazer alívio aos mercados.

Um porta-voz do Departamento do Tesouro não quis comentar. Mas Karoline Le-avitt, secretária de imprensa da Casa Branca, afirmou nesta tarde que as negociações com a China estão indo bem.

"Perguntei ao presidente sobre isso antes de vir para cá, e ele quis que eu compartilhasse com todos vocês

que estamos indo muito bem em relação a um possível acordo comercial com a China."

A notícia "melhorou o humor do mercado e fortaleceu a entrada de recursos estrangeiros no Brasil, que já víamos desde manhã", diz Rubens Cittadin, operador de renda variável da Manches-ter Investimentos.

Antes dela, os índices acionários globais já estavam no positivo em recuperação ao tombo do dia anterior, feriado de Tiradentes no Brasil. O sobe-e-desce foi provocado por novos ataques de Trump ao presidente do Fed (Federal Reserve, o banco central dos EUA), Jerome Powell.

Na segunda, Trump escreveu que a economia norte-americana pode passar por uma desaceleração se a taxa de juros não for reduzida imediatamente. "Com esses custos tendendo tão bem para baixo, exatamente o que eu previ que eles fariam, quase não pode haver **inflação**, mas pode haver uma **DESACELERAÇÃO** da economia, a menos que o Sr. Tarde Demais, um grande perdedor, reduza as taxas de juros, AGORA", postou na Truth Social, se referindo a Powell.

A declaração se soma a outras críticas recentes ao presidente do Fed, a quem Trump tem ameaçado de demissão. O republicano discorda da condução da política monetária de Powell, que, por outro lado, afirma que nunca será influenciado por pressões políticas e que a autoridade monetária está atenta aos desdobramentos do tarifaço na economia. Na sexta-feira, o diretor do Conselho Econômico Nacional da Casa Branca, Kevin Hassett, chegou a dizer que o desligamento está sendo estudado pela equipe do republicano. Especialistas dão como certo que as sobretaxas de importação aumentarão os preços ao consumidor final, e o Fed tem adota-

do uma postura de "ver para agir". Como a função dos juros é frear o avanço da **inflação**, é possível que o banco central mantenha a taxa no atual patamar de 4,25% e 4,5% por mais tempo ou até volte a elevá-la se o repique inflacionário se concretizar.

Mas o temor não é de uma elevação na taxa de juros. "Se tem uma coisa que o mercado não gosta é briga entre o presidente de um país e o presidente do banco central desse país, que, por sinal, é o mais importante do mundo", diz Alison Correia, analista de investimentos e sócio fundador da casa de análise Top Gain.

O mercado tem colocado na ponta do lápis a possibilidade de uma intervenção no

banco central, cuja independência é considerada um importante pilar da segurança financeira do país. Temores de uma eventual influência política estão afastando investidores de ativos de lá, sobretudo dólar, títulos do Tesouro e ações em Wall Street, e colocando em xeque a tese de excepcionalismo norte-americano -isto é, de que os EUA são o mercado mais seguro do mundo.

**Site:**

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=3117#book/>

# Obras de reforma e modernização da Estação Cidadania de Santarém alcançam mais de 20% dos serviços

## Por g1 Santarém e Região - PA

As obras de reforma e modernização do prédio da Estação Cidadania de Santarém, na avenida Rui Barbosa, no bairro da Prainha, seguem em andamento e já alcançam mais de 20% dos serviços executados. Os trabalhos, coordenados pela Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (Seplad), integram o conjunto de ações do Governo do Pará para fortalecer a descentralização dos serviços públicos e promover cidadania em todas as regiões do Estado.

O projeto inclui a troca geral da cobertura e impermeabilização das lajes, requalificação das fachadas, pintura geral, troca das pavimentações internas e forros, revisão geral das instalações elétricas, hidrossanitárias, combate a incêndio, Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA) e de ar-condicionado, reestruturação dos espaços dos parceiros e salas de espera, além de um espaço kids.

"A obra da Estação Cidadania de Santarém segue em pleno desenvolvimento para trazer mais conforto, modernidade, segurança e infraestrutura na prestação de serviços à população e aos servidores que trabalham na unidade. Já realizamos a impermeabilização de calhas e rufos, garantindo proteção contra infiltrações e aumentando a durabilidade das estruturas; a revitalização total do telhado; remoção e preparação de pisos, revestimentos e forros antigos para instalação de novos acabamentos e início da adequação das redes elétrica e hidrossanitária, disse o coordenador do setor de Arquitetura e Engenharia da Seplad, Derlon Silva.

Com a média de 7 mil atendimentos mensais, a Estação Cidadania de Santarém é a segunda unidade com o maior número de atendimentos, entre as unidades fora da Região Metropolitana de Belém (RBM). Entre janeiro de 2024 a março de 2025, foram mais de 95 mil atendimentos realizados no local.

Derlon Nogueira é microempreendedor individual, e trabalha próximo à Estação Cidadania de Santarém, há oito anos, e aprova os novos serviços de

construção e de atendimentos sociais.

"A Estação Cidadania fica em um local estratégico aqui, pois fica localizada em uma via onde tem um fluxo de pessoas muito grande. Então eu espero que, além dos serviços que já eram prestados aqui, que são essenciais para a população, tenha novos serviços e os atendimentos fiquem ainda melhores", contou Derlon.

A unidade, que tem o maior número de órgãos da esfera municipal, estadual e federal, conta com serviços do Detran, Polícia Civil, IASEP, Defensoria Pública, Sefa, **Receita Federal**, Seaster, Banpará, Procon, Cohab, Jucepa, Cosanpa, Seju, Adepará, **INSS**, Superintendência Regional do Trabalho, entre outros.

Com a conclusão das obras, a expectativa é ampliar ainda mais a capacidade de atendimento da unidade, fortalecendo o compromisso com um serviço público mais ágil, humanizado e acessível à população de Santarém.

Serviço:

A Estação Cidadania está funcionando atualmente nos altos do Terminal Hidroviário Joaquim da Costa Pereira, localizado na Rua Aragarina, s/n, no bairro Prainha, em Santarém.

VÍDEOS: Mais vistos do g1 Santarém e Região

Site: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2025/04/23/obras-de-reforma-e-modernizacao-da-estacao-cidadania-de-santarem-alcancam-mais-de-20percent-dos-servicos.ghtml>

# PF faz operação contra fraudes no INSS

*Por Fábio Amato, g1 - Brasília*

Informações preliminares dão conta que as fraudes envolvem desconto em benefícios pagos pelo **INSS**.

Ao todo, estão sendo cumpridos 211 mandados judiciais de busca e apreensão, seis mandados de prisão temporária, além de ordens de sequestro de bens no valor de mais de R\$ 1 bilhão.

Alguns dos mandados estão sendo cumpridos no Distrito Federal, inclusive na sede do **INSS**.

- Esta reportagem está em atualização

**Site:** <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/04/23/pf-faz-operacao-contras-fraudes-no-inss.ghtml>

# PF e CGU fazem operação contra esquema nacional de descontos de sindicatos em aposentadorias e pensões

A Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União (CGU) fazem, nesta quarta-feira, uma operação para combater um esquema nacional de descontos associativos não autorizados feitos por sindicatos em aposentadorias e pensões. As entidades cobraram de aposentados e pensionistas R\$ 6,3 bilhões entre 2019 e 2024, segundo a PF e a CGU.

Estão sendo cumpridos 211 mandados judiciais de busca e apreensão, ordens de sequestro de bens no valor de mais de R\$ 1 bilhão e seis mandados de prisão temporária no Distrito Federal e nos estados de Alagoas, Amazonas, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe. A operação é intitulada Sem desconto .

As investigações identificaram a existência de irregularidades relacionadas aos descontos de mensalidades associativas aplicados sobre os benefícios previdenciários, principalmente aposentadorias e pensões, concedidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) , informaram a PF e a CGU.

Seis **servidores públicos** foram afastados de suas funções. Os investigados poderão responder pelos crimes de corrupção ativa, passiva, violação de sigilo funcional, falsificação de documento, organização criminosa e lavagem de capitais.

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2025/04/23/pf-e-cgu-fazem-operacao-contr-esquema-nacional-de-descontos-associativos-de-sindicatos-em-aposentadorias-e-pensoes.ghtml>**

# Comissão paga a marketplace pode ser deduzida do IRPJ

*Luiza Calegari De São Paulo*

A **Receita Federal** entende que a comissão que os lojistas pagam para vender seus produtos em marketplaces, equivalente a de 10% a 20% do valor comercializado, pode ser deduzida do cálculo do Imposto de Renda (IRPJ) e da CSLL. O entendimento está na Solução de Consulta nº 63, editada recentemente pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit).

"A comissão paga aos marketplaces, domiciliados no Brasil, pela intermediação nas vendas de produtos, pode ser considerada uma despesa operacional, necessária e usual à atividade de e-commerce, já que intrinsecamente vinculada à comercialização de produtos em ambientes virtuais", afirma o órgão para justificar a dedução.

O entendimento, segundo especialistas, está em linha com outras interpretações da Receita a respeito do tema e dá segurança aos contribuintes. A solução de consulta deve ser seguida por todos os fiscais do país.

Artur Muxfeldt, sócio da área tributária do BVZ Advogados, explica que a solução de consulta vale para empresas optantes do regime do lucro real. "Parte do mercado já fazia essas exclusões, mas uma orientação formal traz mais segurança jurídica na apuração das empresas, dá um conforto maior para excluir essa despesa do lucro", diz.

Marcos Ortiz, sócio da área tributária do escritório Madrona Advogados, aponta que essa solução de consulta complementa outra, de 2021, sobre a mesma situação, mas sob o ponto de vista do marketplace.

Segundo a Solução de Consulta Cosit nº 170, "não se incluem no conceito de receita bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, os valores que circulam na contabilidade de pessoa jurídica e não lhe pertencem, sendo propriedade e receita bruta de terceiros".

Dessa forma, o marketplace não precisaria recolher IRPJ, CSLL, PIS e Cofins sobre o valor repassado ao vendedor, excluindo o que for retido a título de comissão, conforme análise da Receita. "Essa visão, dentro das premissas teóricas que as soluções de consulta se propõem a examinar, me parece

adequada, correta e convergente", afirma Ortiz. Apesar da coerência e segurança, no entanto, especialistas apontam que resta a controvérsia a respeito do PIS e da Cofins para os comerciantes que anunciam nos marketplaces, já que a Solução de Consulta Cosit nº 63 permitiu a dedução da comissão para apuração dos **tributos** sobre o lucro.

O PIS e a Cofins, no entanto, incidem sobre a receita. E a implicação de entender que a comissão é dedutível é considerar que ela integra a receita da empresa, sujeita, portanto, à incidência das contribuições sociais - embora esse assunto não tenha sido objeto da consulta feita ao Fisco.

Segundo Marcos Ortiz, essa interpretação tem impacto relevante para o contribuinte. "Dizer que a empresa pode abater os 20% de comissão da base do IRPJ e da CSLL não quer dizer que a receita seja 80% do valor do produto. A receita é 100%, e, assim, todos os impactos fiscais sobre essa receita estão majorados", explica o advogado.

Na Justiça, a questão não está consolidada, havendo tanto precedentes favoráveis quanto desfavoráveis para os contribuintes. Em 2022, por exemplo, a 22ª Vara Cível Federal de São Paulo reconheceu que despesas com marketplaces são consideradas insumos para creditamento de PIS e Cofins, por serem essenciais para a atividade da empresa que atua no comércio eletrônico (processo nº 5020186-35.2021.4.03.6100).

Por outro lado, a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) entende que as comissões não podem ser consideradas insumos, pois não integram o processo de fabricação de bens destinados à venda ou prestação de serviços (processo nº 5037757-76.2019.4.04.7000).

No **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, a 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 3ª Seção reconheceu o direito de uma empresa à apropriação de créditos de PIS e Cofins sobre as despesas com publicidade online (processo nº 19311.720262/2017-65).

Embora o caso não tratasse de marketplace, o mesmo entendimento deveria se aplicar a esses casos, afirma Artur Muxfeldt. "Essas despesas também atendem aos

critérios de essencialidade e relevância definidos pelo STJ, pois são indispensáveis à realização das vendas on-line", diz o tributarista.

Apesar da controvérsia, essa discussão está com os dias contados, afirma Muxfeldt. Isso porque, na **reforma tributária** do consumo, a CBS, que substituirá o PIS e a Cofins, "permitirá um crédito financeiro amplo, independentemente do cumprimento dos critérios de essencialidade e relevância da despesa".

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188174?page=2  
&section=4](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188174?page=2&section=4)**

# IR: Receita libera hoje consulta de lote residual de restituição

## **RICCO VIANA**

A Receita Federal abre hoje (23) a consulta ao lote residual de restituições do Imposto de Renda. Ao todo, 280 mil contribuintes serão contemplados com os pagamentos, que serão depositados a partir do dia 30 de abril na conta bancária ou chave Pix do tipo Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) informada na declaração do Imposto de Renda.

De acordo com o contador Brenno Simplicio, o lote liberado é voltado exclusivamente para quem caiu na malha fina, em anos anteriores, e corrigiu as pendências com a **Receita Federal**. "Esse lote liberado nesta quarta-feira é residual.

São para contribuintes que regularizaram a situação após caírem na malha fina em anos-base anteriores, como 2023 ou 2022, por exemplo", afirmou.

Sobre o ano-base de 2024, a Receita só divulgará os nomes dos contribuintes que caíram na malha fina depois do dia 30 de maio, quando encerra o prazo para a declaração do Imposto de Renda.

Dos 280 mil contribuintes incluídos no lote, 279,5 mil receberão juntos R\$ 339,63 milhões. Desse total, R\$ 180,27 milhões serão destinados a pessoas com prioridade legal, como idosos, professores, pessoas com deficiência física, mental ou com doenças graves, além daqueles que optaram pela declaração pré-preenchida ou informaram chave Pix do tipo CPF.

## Consulta

A consulta pode ser feita por meio do site ou aplicativo da Receita.

Para verificar se a restituição foi liberada, o contribuinte deve: acessar a página da **Receita Federal**; clicar no campo "Meu Imposto de Renda"; selecionar "Consultar Minha Restituição"; informar CPF, data de nascimento e clicar em "Sou humano".

Depois disso, selecione o botão 'Consultar'.

Caso o nome não esteja incluído no lote, a recomendação é acessar o Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC), emitir o extrato da declaração e verificar eventuais pendências. Se for

necessário, o contribuinte pode enviar uma declaração retificadora e aguardar os próximos lotes. Se a restituição não for depositada por problemas como conta desativada, os valores ficarão disponíveis por até um ano no Banco do Brasil e o contribuinte pode solicitar o crédito em outra conta bancária.

**Site:** <https://www.folhape.com.br/edicao-impressa/>

# Triste, mas o Brasil não é o país do futuro - NILSON TEIXEIRA

## NILSON TEIXEIRA

O Brasil é um país atrasado frente à China sob quase todas as óticas, a não ser, principalmente, nas questões de direitos humanos, bem como de liberdade política e de expressão. Essa avaliação tem ficado ainda mais patente na minha longa viagem à China, mesmo quando não considero impressões extraídas de suas principais cidades, como Pequim, Xangai, Shenzhen ou Guangzhou. Não é só isso: o caminho na mesma direção de outros países da Ásia reforça a leitura de que o Brasil deixou de ser o país do futuro há muito tempo.

A expectativa de que o Brasil possa se beneficiar com a guerra comercial, com possível reversão desse atraso, não faz sentido. O país até exportará mais produtos agrícolas para a China, mas a venda dessas commodities para outros mercados diminuirá por conta de sua oferta inelástica. Do mesmo modo, as exportações brasileiras para os EUA não aumentarão de forma significativa, pois o país não tem capacidade de prover os mesmos produtos ofertados pela China, como eletrodomésticos, produtos eletrônicos, bens tecnológicos nem bugigangas.

Avanços necessários para construção de uma nação mais desenvolvida e justa são inalcançáveis no médio prazo

O Brasil não tem mão de obra qualificada, base industrial robusta com fábricas modernas e dezenas de robôs, tecnologia e pesquisa de ponta, logística avançada, ferrovias modernas e disseminadas, rodovias bem pavimentadas nem ampla capacidade portuária e aeroportuária. A infraestrutura do país é, em resumo, pífia quando comparada com a da China, com o país não tendo condições para substituir parte significativa da demanda global. Os discursos sobre o país se beneficiar com a guerra comercial são, portanto, vazios e pouco fundamentados.

O país precisaria passar por ampla transformação para ser um vencedor nessa nova realidade, independentemente de ser um mundo mais protecionista ou, ao contrário, um com menos barreiras tarifárias e não tarifárias. As perspectivas do Brasil, porém, não são favoráveis. Além de não ser consensual, esse caminho enfrentaria resistência, seja porque grande parte da elite e seus poderosos grupos

de interesse estão apenas interessados na preservação ou mesmo ampliação de seus privilégios, seja por conta das agendas do governo e do Congresso completamente desalinhadas dos ajustes requeridos, entre os quais:

**Transformação educacional:** o progresso exige adoção generalizada do ensino em tempo integral, melhoria da qualidade e dos salários do magistério, incentivos para os bons resultados dos alunos e das escolas em exames anuais, com aulas extras e acompanhamento psicológico para os estudantes de pior desempenho e intervenção nas escolas de performance muito abaixo da média, e exigência da presença dos alunos para recebimento de benefícios sociais pela família.

**Remodelagem das contas públicas:** o aumento contratado dos gastos obrigatórios nos próximos anos exigirá ações amplas para garantir a solvência da dívida pública. Essas medidas incluem:

**Reforma da Previdência Social:** os gastos previdenciários respondem por parte dominante das despesas públicas. O atual desequilíbrio requer novo aumento da idade mínima de aposentadoria para 67 anos para homens e mulheres tanto do setor privado como do serviço público - civil e militar. Ademais, os valores dos benefícios de pensão e aposentadoria precisam deixar de acompanhar o reajuste do salário mínimo, passando a seguir, por exemplo, a **inflação** relativa à cesta de gastos desse grupo.

**Incorporação de todos os benefícios sociais e trabalhistas no âmbito do programa Bolsa Família:** incorporação do BPC e do seguro-desemprego no programa, com congelamento desses benefícios até sua equiparação com os pagamentos do Bolsa Família.

**Extinção de regras de proporcionalidade em relação à arrecadação ou ao crescimento real para gastos obrigatórios:** as normas se referem, por exemplo, às despesas com saúde e educação.

**Exigência de maior rigor na alocação de emendas parlamentares:** os gastos precisam ter maior eficácia e melhor monitoramento, bem como ser associados a programas federais, estaduais ou municipais robustos.

**Aumento da carga tributária:** o corte de gastos

difícilmente será suficiente para garantir a solvência das contas. A arrecadação precisará crescer por meio de uma tributação progressiva da renda e da cobrança de alíquota mínima de Imposto de Renda (IR) para a camada mais rica da população.

Corte expressivo das renúncias tributárias: muitos privilégios fiscais, com benefícios para a redução da pobreza ou elevação da produtividade inferiores aos seus custos, precisam ser eliminados.

Fim de privilégios no IR: extinção de abatimentos dos gastos com educação, saúde, contribuições para instituições sem fins lucrativos, e transferências no âmbito da Lei Rouanet.

Fim de programas trabalhistas: o FGTS e os vales refeição e alimentação podem ser extintos, com as contribuições das empresas sendo incorporadas aos salários dos empregados, sem cobrança de IR na fonte sobre esses valores. Do mesmo modo, o abono salarial também não se justifica mais.

Reforma administrativa: definição de regras transparentes de remuneração, avaliação, promoção, transferência e dispensa para o funcionalismo público dos três níveis. A imposição sem exceções do limite constitucional para os salários dos **servidores públicos** dos três níveis de poder é crucial para dificultar a captura do Estado pelas suas corporações.

Reforma do comércio exterior: redução de barreiras comerciais tarifárias e não tarifárias.

Privatização, incorporação e fechamento de estatais: estatais que não precisam da interveniência do Estado podem ser privatizadas, como Petrobras, Banco do Brasil e Correios. Já outras com utilidade questionável podem ser incorporadas ou fechadas, como BNB, BASA e Codevasf.

Em suma, não há como não ficar desencantado com o cenário brasileiro, pois os avanços necessários para a construção de uma nação mais desenvolvida e justa são inalcançáveis no médio prazo. Além de ser irrealista pensar no Brasil como o país do futuro, o risco é de a sua economia ficar cada vez mais para trás em termos relativos, não apenas em relação à China, mas também frente aos demais países da Ásia.

Nilson Teixeira, Ph.D. em economia, escreve quinzenalmente neste espaço.

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188174?page=12&section=1>**

# Aposentado do INSS pode pedir exclusão de desconto indevido de associação; saiba como

Aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) podem pedir a exclusão de descontos indevidos de mensalidades de associações pelo aplicativo ou site Meu **INSS**. O benefício ficará bloqueado para novos descontos até que o segurado decida realizar a liberação.

A opção visa proteger 7,6 milhões de aposentados e pensionistas que têm descontos no pagamento. Denúncias sobre débitos feitos sem o aval dos segurados motivaram uma investigação envolvendo **INSS**, Polícia Civil de São Paulo e Ministério Público de São Paulo.

Nesta quarta-feira (23), o presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto, foi afastado do cargo após operação da Polícia Federal e da CGU (Controladoria-Geral da União), que alega que entidades investigadas descontaram de aposentados e pensionistas um valor estimado de R\$ 6,3 bilhões, entre 2019 e 2024.

Cerca de 700 policiais federais e 80 servidores da CGU cumprem 211 mandados judiciais de busca e apreensão, ordens de sequestro de bens no valor de mais de R\$ 1 bilhão.

O órgão afirma que cancelou todos os descontos nos quais os segurados informaram não ter dado autorização para o débito.

A mensalidade associativa é uma contribuição de aposentados que se filiam a associação ou sindicato para ter benefícios como plano de saúde, academia e descontos em farmácias, por exemplo. O valor é descontado diretamente da renda previdenciária. Para fazer esse desconto, a associação precisa ter convênio com o **INSS** e fechar um contrato com o segurado.

A consulta para verificar se há algum débito de mensalidade associativa aparece no item novo pedido do Meu **INSS**. Os aposentados e pensionistas que desejassem também poderiam pedir o bloqueio do desconto por meio do serviço "bloqueio/desbloqueio de mensalidade de associativa".

A partir de novembro de 2024, foi disponibilizada a possibilidade de a exclusão ser feita automaticamente pelos beneficiários no aplicativo ou site Meu **INSS**.

Os beneficiários podem pedir a devolução de descontos indevidos realizados por entidades associativas pelo 0800 que aparece ao lado do nome da associação ou do sindicato no holerite.

Aqueles que preferirem também podem enviar um email para [acordo.mensalidade@inss.gov.br](mailto:acordo.mensalidade@inss.gov.br), informando o ocorrido. O **INSS** irá entrar em contato com a entidade responsável pelo desconto em folha, solicitando os documentos que autorizaram o débito ou a devolução dos valores.

Reclamações e denúncias sobre débitos não autorizados de associações ou entidades podem ser registradas diretamente no Portal Consumidor.Gov e na Ouvidoria do **INSS**, pela Plataforma Fala BR.

Para que o desconto possa ser feito, a associação deve ter autorização prévia do beneficiário, que não pode ser feita por procurador ou representante legal, exceto por decisão judicial específica.

O desconto também deve ser formalizado por um termo de adesão assinado por assinatura eletrônica avançada e biometria, apresentação de documento de identificação oficial e número do CPF.

Com informações de Júlia Galvão

**Site:**

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/04/aposentado-do-inss-pode-pedir-exclusao-de-desconto-indevido-de-associacao-saiba-como.shtml>

# Operação investiga fraude de R\$ 6,3 bilhões em benefícios do INSS

**Raphaela Peixoto +**

A Polícia Federal , em parceria com a Controladoria-Geral da União (CGU), deflagrou nesta terça-feira (23/4) a Operação Sem Desconto , com o objetivo de desarticular um esquema nacional de descontos associativos não autorizados aplicados sobre aposentadorias e pensões do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) .

Ao todo, são cumpridos 211 mandados de busca e apreensão, além de ordens de sequestro de bens que ultrapassam R\$ 1 bilhão e seis mandados de prisão temporária. De acordo com informações do portal G1, o presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), Alessandro Stefanutto, foi afastado da sua função após a operação. O Correio contatou o **INSS** e aguarda a confirmação.

As ações ocorrem no Distrito Federal e em 14 estados: Alagoas, Amazonas, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe. Seis **servidores públicos** foram afastados de suas funções.

As investigações apontam que entidades descontaram mensalidades associativas indevidas de beneficiários do **INSS**, sem autorização prévia. Entre 2019 e 2024, os valores cobrados ilegalmente de aposentados e pensionistas somam cerca de R\$ 6,3 bilhões.

Os suspeitos poderão responder por crimes como corrupção ativa e passiva, violação de sigilo funcional, falsificação de documentos, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

A Polícia Federal , em parceria com a Controladoria-Geral da União (CGU), deflagrou nesta terça-feira (23/4) a Operação Sem Desconto , com o objetivo de desarticular um esquema nacional de descontos associativos não autorizados aplicados sobre aposentadorias e pensões do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) .

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

Ao todo, são cumpridos 211 mandados de busca e apreensão, além de ordens de sequestro de bens que

ultrapassam R\$ 1 bilhão e seis mandados de prisão temporária. De acordo com informações do portal G1, o presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), Alessandro Stefanutto, foi afastado da sua função após a operação. O Correio contatou o **INSS** e aguarda a confirmação.

As ações ocorrem no Distrito Federal e em 14 estados: Alagoas, Amazonas, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe. Seis **servidores públicos** foram afastados de suas funções.

As investigações apontam que entidades descontaram mensalidades associativas indevidas de beneficiários do **INSS**, sem autorização prévia. Entre 2019 e 2024, os valores cobrados ilegalmente de aposentados e pensionistas somam cerca de R\$ 6,3 bilhões.

Os suspeitos poderão responder por crimes como corrupção ativa e passiva, violação de sigilo funcional, falsificação de documentos, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

**Site:**

<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2025/04/7120403-operacao-investiga-fraude-de-rs-63-bilhoes-em-beneficios-do-inss.html>

# Presidente do INSS é afastado após operação da PF e CGU sobre descontos não autorizados em benefícios

**Constança Rezende**

O presidente do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), Alessandro Stefanutto, foi afastado nesta quarta-feira (23), após operação da Polícia Federal e CGU (Controladoria-Geral da União) para combater um esquema nacional de descontos associativos não autorizados em aposentadorias e pensões.

De acordo com os órgãos, entidades investigadas descontaram de aposentados e pensionistas o valor estimado de R\$ 6,3 bi, entre 2019 e 2024.

Cerca de 700 policiais federais e 80 servidores da CGU cumprem 211 mandados judiciais de busca e apreensão, ordens de sequestro de bens no valor de mais de R\$ 1 bilhão.

Há seis mandados de prisão temporária no Distrito Federal e nos estados de Alagoas, Amazonas, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe. Seis **servidores públicos** foram afastados de suas funções.

As investigações identificaram a existência de irregularidades relacionadas aos descontos de mensalidades associativas aplicados sobre os benefícios previdenciários, principalmente aposentadorias e pensões, concedidos pelo **INSS**.

Os investigados poderão responder pelos crimes de corrupção ativa, passiva, violação de sigilo funcional, falsificação de documento, organização criminosa e lavagem de capitais.

**SERVIÇO:**

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que tiverem desconto indevido de mensalidade associativa no extrato de pagamentos (contracheque) podem pedir a exclusão do débito de forma automática pelo aplicativo ou site meu **INSS**.

Na tela inicial do Meu **INSS** é disponibilizada a consulta de "mensalidade associativa". Em seguida,

uma funcionalidade no aplicativo/site permite que aposentados e pensionistas além de consultarem o desconto no pagamento, peçam a exclusão e/ou bloqueio através do serviço "exclusão de mensalidade de associação ou sindicato" e/ou "bloqueio de mensalidade de associativa". O serviço também pode ser solicitado pela Central 135, assim como diretamente às entidades associativas.

**Site:**

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/04/presidente-do-inss-e-afastado-apos-operacao-da-pf-e-cgu-sobre-descontos-nao-autorizados-em-beneficios.shtml>

# Operação investiga cobrança indevida em benefícios do INSS; prejuízo pode chegar a R\$ 6,3 bi

*Brasília|Victoria Lacerda e Rafaela Soares, do R7, em Brasília*

A PF ( Polícia Federal ) e a CGU ( Controladoria-Geral da União ) deflagraram nesta terça-feira (23) a Operação Sem Desconto, que investiga um esquema nacional de cobranças indevidas em benefícios do **INSS** . De acordo com as apurações, aposentados e pensionistas foram alvo de descontos não autorizados de mensalidades associativas, aplicados diretamente sobre os valores de aposentadorias e pensões. O prejuízo estimado chega a R\$ 6,3 bilhões, acumulados entre os anos de 2019 e 2024.

Ao todo, cerca de 700 policiais federais e 80 servidores da CGU cumprem 211 mandados judiciais, incluindo ordens de busca e apreensão, sequestro de bens avaliados em mais de R\$ 1 bilhão e seis mandados de prisão temporária.

A operação ocorre no Distrito Federal e em 14 estados: Alagoas, Amazonas, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe. Seis **servidores públicos** também foram afastados de suas funções por decisão judicial.

De acordo com a PF e a CGU, o esquema envolvia entidades que aplicavam os descontos diretamente sobre os benefícios previdenciários, com a suposta ajuda de agentes públicos e uso indevido de dados dos beneficiários.

Os investigados poderão responder por corrupção ativa e passiva, violação de sigilo funcional, falsificação de documentos, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

Fique por dentro das principais notícias do dia no Brasil e no mundo. Siga o canal do R7 , o portal de notícias da Record, no WhatsApp

**Site:** <https://noticias.r7.com/brasil/operacao-investiga-cobranca-indevida-em-beneficios-do-inss-prejuizo-pode-chegar-a-r-63-bi-23042025/>

# Aposentado do INSS pode pedir exclusão de desconto indevido de associação; saiba como (INSS)

Aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) podem pedir a exclusão de de descontos indevidos de mensalidades de associações pelo aplicativo ou site Meu **INSS**. O benefício ficará bloqueado para novos descontos até que o segurado decida realizar a liberação.

A opção visa proteger 7,6 milhões de aposentados e pensionistas que têm descontos no pagamento. Denúncias sobre débitos feitos sem o aval dos segurados motivaram uma investigação envolvendo **INSS**, Polícia Civil de São Paulo e Ministério Público de São Paulo.

Nesta quarta-feira (23), o presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto, foi afastado do cargo após operação da Polícia Federal e da CGU (Controladoria-Geral da União), que alega que entidades investigadas descontaram de aposentados e pensionistas um valor estimado de R\$ 6,3 bilhões, entre 2019 e 2024.

Cerca de 700 policiais federais e 80 servidores da CGU cumprem 211 mandados judiciais de busca e apreensão, ordens de sequestro de bens no valor de mais de R\$ 1 bilhão.

O órgão afirma que cancelou todos os descontos nos quais os segurados informaram não ter dado autorização para o débito.

A mensalidade associativa é uma contribuição de aposentados que se filiam a associação ou sindicato para ter benefícios como plano de saúde, academia e descontos em farmácias, por exemplo. O valor é descontado diretamente da renda previdenciária. Para fazer esse desconto, a associação precisa ter convênio com o **INSS** e fechar um contrato com o segurado.

A consulta para verificar se há algum débito de mensalidade associativa aparece no item novo pedido do Meu **INSS**. Os aposentados e pensionistas que desejassem também poderiam pedir o bloqueio do desconto por meio do serviço "bloqueio/desbloqueio de mensalidade de associativa".

A partir de novembro de 2024, foi disponibilizada a

possibilidade de a exclusão ser feita automaticamente pelos beneficiários no aplicativo ou site Meu **INSS**.

Os beneficiários podem pedir a devolução de descontos indevidos realizados por entidades associativas pelo 0800 que aparece ao lado do nome da associação ou do sindicato no holerite.

Aqueles que preferirem também podem enviar um email para [acordo.mensalidade@inss.gov.br](mailto:acordo.mensalidade@inss.gov.br), informando o ocorrido. O **INSS** irá entrar em contato com a entidade responsável pelo desconto em folha, solicitando os documentos que autorizaram o débito ou a devolução dos valores.

Reclamações e denúncias sobre débitos não autorizados de associações ou entidades podem ser registradas diretamente no Portal Consumidor.Gov e na Ouvidoria do **INSS**, pela Plataforma Fala BR.

Para que o desconto possa ser feito, a associação deve ter autorização prévia do beneficiário, que não pode ser feita por procurador ou representante legal, exceto por decisão judicial específica.

O desconto também deve ser formalizado por um termo de adesão assinado por assinatura eletrônica avançada e biometria, apresentação de documento de identificação oficial e número do CPF.

**Site:**

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/04/aposentado-do-inss-pode-pedir-exclusao-de-desconto-indevido-de-associacao-saiba-como.shtml>

# Novo salário mínimo de 2025 já está vigente e afeta benefícios; veja valor

## *Colaboração para o UOL*

O novo valor do salário mínimo nacional começou a ser creditado nas contas dos trabalhadores em fevereiro, já com o reajuste para R\$ 1.518,00.

Apesar da nova quantia estar em vigor desde janeiro, o pagamento só foi efetivado em fevereiro porque os vencimentos são pagos no mês subsequente ao período trabalhado. Com isso, a correção passou a aparecer no contracheque deste mês.

O salário mínimo representa a menor remuneração mensal legal permitida a um trabalhador em atividade. Ele serve como referência para a definição de valores de benefícios trabalhistas, assistenciais e da **Previdência Social**.

O reajuste de R\$ 106 corresponde a um aumento de 7,5%, valor acima da **inflação** do período. Ainda assim, o montante final ficou abaixo do previsto inicialmente, em razão das medidas de redução de despesas aprovadas no final de 2024.

Anteriormente, o valor do salário mínimo era definido considerando a **inflação** acumulada segundo o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) - índice mais favorável ao trabalhador em comparação ao IPCA - acrescido da variação do **PIB** (Produto Interno Bruto). Com essa fórmula antiga, o piso salarial alcançaria R\$ 1.525.

No entanto, a nova regra incluiu um terceiro critério: um limite de 2,5% para o crescimento das despesas. Assim, mesmo que o **PIB** avance 3,2%, a elevação será limitada ao teto de 2,5%.

Como o salário mínimo é utilizado como base para cálculos de aposentadorias e outros benefícios pagos pelo **INSS**, além de programas sociais, o governo mantém cautela com aumentos expressivos, a fim de evitar impactos negativos nas contas públicas em momentos de contenção de gastos.

## **Site:**

**<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2025/04/23/novo-salario-minimo-de-2025-ja-esta-vigente-e-afeta-beneficios-sociais.htm>**

# Um niteroiense em Harvard - ROBERTO DAMATTA

## ROBERTO DAMATTA

Nasci numa família amazonense que "se mudou" para Niterói. Cresci ouvindo exclusivamente português. Na varanda da casa do Ingá, em Niterói, meus tios discutiam política debaixo de um cauteloso silêncio de vovô, que foi desembargador, e de meu pai. Eram funcionários públicos e ge-tulistas. Meus pais choraram muito quando Vargas cometeu seu suicídio de honra.

O mundo era grande. Na nossa casa de classe média não havia livros; havia, contudo, a música do piano da mamãe. Um cunhado do meu querido tio Mário visitou os

Estados Unidos e, nessa varanda, deu uma entrevista confirmando muitas coisas que víamos no cinema.

Fui o primeiro de três gerações a viajar para o exterior, graças a minha entrada no universo democrático das pesquisas em antropologia do Museu Nacional. Lá encontrei a acolhida, a energia e o profissionalismo de Roberto Cardoso de Oliveira, que me ensinou a escrever e perseverar, como fazem os mestres verdadeiros. Seu objetivo não era nos tornar militantes, mas conhecedores das origens e correntes da pesquisa antropológica.

Harvard entrou na minha vida quando um de seus docentes, David Maybury-Lewis, se associou a meu mentor numa pesquisa cujo objetivo era estudar comparativamente sociedades tribais de língua jê, duas das quais haviam sido descritas pelo pesquisador alemão Curt Nimuendajú. May-bury-Lewis foi o primeiro a estudar a organização social dos xavantes e havia escrito um importante artigo teórico sobre os api-najés, que eu havia visitado em 1962.

Esse é o encadeamento que explica como um caipira niteroiense - cuja imensa curiosidade só era emparelhada a sua ignorância - foi parar em Harvard em 1963-64 e

em 1967-72, quando finalizou seu doutorado. Ali viveu uma visão cosmopolita da antropologia por meio de professores e colegas que estudavam sociedades tribais em todo o planeta. Ali também entendeu que, em Harvard, era normal ler dois ou três livros por semana para discuti-los em seminários a que ninguém

chegava atrasado.

Uma lembrança marcante de Harvard é meu nome. Ninguém me chamava de Roberto. Virei "Mr. DaMatta". Como sou mais do mato do que da morte, adotei feliz o DaMatta.

Percebi o imenso prestígio de Harvard no contexto do competitivo sistema universitário e intelectual americano quando um colega me informou que um ph.D. harvar-diano garantia um emprego. De fato, recebi e recusei uma oferta. Devia minha carreira ao Museu Nacional e ao Conselho Nacional de Pesquisas. No museu, permaneci de 1959 a 1986. Nos infames Anos de Chumbo, sofri preconceito político, mas institucionalizei o Programa de Antropologia Social que lá existe, transformando colegas

bolsistas da Fundação Ford em professores da UFRJ. Contra o chumbo, usei o "Veritas" (lema de Harvard) que, bem sei, está nua no fundo de um poço.

Em abril de 1964, um amigo ligou informando que fazíamos nossa revolução cubana. Minutos depois, ouvi que era um golpe militar. Como, se os militares não figuravam na minha politizada lista de atores políticos - exceto no realismo do meu reacionário pai? Apresentei as teorias de um fundador da antropologia. A professora Cora Du Bois, ex-aluna de Franz Boas, comentou:

- Mr. DaMatta, sua exposição foi ótima. Mas o que você acha das idéias desse autor, você concorda com elas?

Não sabia o que dizer.

Na primeira vez que entrei na Biblioteca Widener, na época a maior do mundo, fui avisado:

- Roberto, tenha cuidado com o labirinto de estantes. Um aluno lá se perdeu e foi achado semanas depois, faminto como um naufrago.

Nevava muito, e perguntei se teríamos aula.

-Harvard não para desde 1636!

E não vai parar diante de um presidente mal-educado.

Hoje, eu, niteroiense, correria o risco de não entrar em Harvard. Meu conforto é que Donald Trump lá jamais seria aceito...

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# 21 de Abril: Um Dia de Revolução, Luto e Fé (Artigo)

**ADEMIR JOSÉ DA SILVA**

Ademir José da Silva - Advogado, Presidente da Comissão da Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra no Brasil e Comissão de Direito e Liberdade Religiosa da OAB Campinas; Membro efetivo do Instituto dos Advogados do Brasil-IAB. Ex-Diretor Procon Campinas e Diretor da Associação da Advocacia Negra Brasileira-ANAN. Acadêmico na Academia Campinense de Letras-ACL e Membro do Conselho Superior do NEAB Unicamp.

Email: Ademir.ademirsilva@gmail.com instagram: @ademirjose.adv

\*\*

O dia 21 de abril é uma data marcada por acontecimentos históricos que moldaram o Brasil e o mundo. Começando com a Inconfidência Mineira que culminou com a morte de Tiradentes, em 1792, passando pela morte do presidente Tancredo Neves, em 1985 (há 40 anos), e o falecimento do Papa Francisco em 2025. Portanto essa data carrega um peso simbólico inegável. Relembramos esses três momentos cruciais, com especial destaque para o legado do líder religioso que conquistou corações em todo o planeta.

**A Inconfidência Mineira (1789): O Grito por Liberdade**  
Em 21 de abril de 1792, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, foi executado no Rio de Janeiro, tornando-se mártir da Inconfidência Mineira, movimento que buscava a independência do Brasil de Portugal. A conspiração, descoberta em 1789, foi motivada pela insatisfação com os altos **impostos** cobrados pela Coroa Portuguesa, especialmente a derrama.

Apesar do fracasso do levante, a Inconfidência Mineira se tornou um símbolo da luta pela liberdade e inspirou futuros movimentos emancipatórios. Tiradentes, único condenado à morte, foi transformado em herói nacional, representando a resistência contra a opressão colonial.

**A Morte de Tancredo Neves (1985): A Esperança Interrompida**  
Exatamente 193 anos depois, em 21 de abril de 1985, o Brasil chorou a morte de Tancredo Neves, primeiro presidente civil eleito após 21 anos de ditadura militar.

Sua vitória no Colégio Eleitoral, em 1985, simbolizou a redemocratização do país, mas ele faleceu antes de assumir o cargo, vítima de complicações após uma cirurgia.

Tancredo, político moderado e conciliador, era visto como a figura capaz de conduzir a transição para a democracia.

Sua morte abalou o país, mas seu legado permanece como um marco na história política brasileira.

**O Legado do Papa Francisco (1936-2025):** Um Pastor do Povo Em 21 de abril de 2025, o mundo despediu-se do Papa Francisco, o primeiro pontífice latino-americano, cujo papado foi marcado por humildade, defesa dos pobres e luta incansável pela paz. Nascido em 17 de dezembro de 1936, Jorge Mario Bergoglio, na Argentina, eleito Papa em 28 de fevereiro de 2013, surpreendendo o mundo com seu estilo simples e abordagem pastoral voltada para as periferias existenciais.

**Primeira Viagem ao Brasil: JMJ Rio 2013** Sua primeira viagem internacional como Papa foi ao Brasil, para a Jornada Mundial da Juventude (JMJ) no Rio de Janeiro. Diante de milhões de jovens, ele pregou a misericórdia, o serviço aos mais necessitados e a coragem de "fazer barulho" por um mundo mais justo. Suas palavras ecoaram: "Não tenham medo de ir e levar Cristo a todos os ambientes!" Principais Bandeiras Francisco foi um defensor ferrenho das pessoas à margem da sociedade, denunciando a "globalização da indiferença" e cobrando ações concretas contra a fome e as desigualdades. Suas principais causas incluíram: "Proteção ao meio ambiente - Com a encíclica Laudato Si" (2015), ele alertou sobre a crise climática e a necessidade de cuidar da "Casa Comum".

"Diálogo inter-religioso - Promoveu encontros históricos com líderes muçulmanos, ortodoxos e indígenas.

"Reforma da Igreja - Combateu a corrupção no Vaticano e defendeu uma Igreja "em saída", mais próxima do povo.

Encíclicas Marcantes Além de Laudato Si", sua

encíclica Fratelli Tutti (2020) conclamou a fraternidade universal em meio a crises políticas e pandemias. Ele escreveu: "Ninguém se salva sozinho", reforçando a necessidade de solidariedade global.

Luta pela Paz Francisco mediou conflitos, como a guerra na Ucrânia, e criticou o comércio de armas: "Guerra é sempre uma derrota para a humanidade".

Seu apelo pelo desarmamento e diplomacia rendeu-lhe indicações ao Nobel da Paz.

Frases que marcaram o Mundo "'Quem sou eu para julgar?" (Sobre acolher pessoas LGBTQIA+).

"Este sistema econômico mata." (Crítica ao capitalismo selvagem).

"Sonhem com um mundo diferente." (Aos jovens).

Conclusão: Um Legado de Esperança O Papa Francisco deixou um exemplo de compaixão e coragem. Seu papado transformou a Igreja e inspirou milhões a lutar por justiça.

Em um 21 de abril repleto de significados, sua morte encerrou uma era, mas seu legado permanece vivo - como Tiradentes e Tancredo, ele será lembrado como um homem que ousou mudar a história.

"A misericórdia é o verdadeiro poder que pode salvar o mundo." - Papa Francisco.

Em 2013, logo após, sua eleição, em encontro informal com jornalistas falando sobre a América Latina e o Brasil, ele disse: "Deus é brasileiro, e o Papa é Argentino".

**Site:** <https://correiodigital.rac.com.br/index.php>

# Arrecadação já atinge R\$ 1,5 bi

**Pablo Rodrigo**

A gestão do prefeito Abilio Brunini (PL) já arrecadou R\$ 1.153 bilhão em **impostos** nos primeiros 90 dias de sua administração, o que representa um aumento de R\$ 182.672 milhões em comparação com o mesmo período de 2024. Isso mostra um aumento de 18,8% a mais na receita deste ano.

Os números mostram que a prefeitura vem arrecadando mais e gastando menos, já que se encontra em calamidade financeira desde o dia 3 de janeiro.

Em janeiro por exemplo, o município arrecadou R\$ 379.604.312,28, o que representou um aumento de mais de R\$ 100 milhões em relação a janeiro de 2024, quando a prefeitura arrecadou R\$ 276.055 milhões.

Já em fevereiro, a gestão Abilio conseguiu colocar no caixa R\$ 334.520 milhões em **impostos**, valor que também superou o mesmo período do ano passado que ficou em R\$ 289.879 milhões.

Já no mês passado, os números fecharam em R\$ 439.8 milhões em **impostos** que os cuiabanos pagaram. Um número maior em relação a março de 2024, quando a arrecadação bateu em R\$ 405.3 milhões.

Os números que se encontram no Portal Transparência da prefeitura da capital são referentes a receita corrente, como Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), taxas municipais, transferências constitucionais - FPE (Fundo de Participação dos Estados), FPM (Fundo de Participação dos Municípios), cota-parte do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), transferências constitucionais -SUS (Sistema Único de Saúde) e Fundeb (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica).

Os números do primeiro trimestre mostram que a arrecadação do município segue acima do previsto, já que a Lei Orçamentária aprovada para este ano foi de R\$ 5.4 bilhões.

Na época, o prefeito eleito Abilio Brunini (PL) criticou a peça orçamentária, alegando que a mesma estava superestimada.

Ao completar 100 dias de gestão, em 10 de abril, o prefeito anunciou uma economia de R\$ 138 milhões de sua gestão. Contudo, ainda não detalhou de onde vem a economia financeira.

Desde o dia 3 de janeiro, o prefeito Abilio Brunini assinou decreto que declara calamidade financeira em Cuiabá.

**Site:** <https://www.gazetadigital.com.br>

# Orçamento sequestrado, País sem rumo (Editorial)

A Presidência da República pode se tornar um simples cargo honorífico, com poder de ação bastante limitado, se nada for feito desde já para conter o avanço do Congresso sobre os recursos discricionários do Orçamento da União. Hoje, as emendas parlamentares - orçadas em R\$ 50,4 bilhões para 2025 - representam cerca de 25% das despesas não obrigatórias. De acordo com as projeções do governo contidas no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) 2026, apresentado no dia 15 passado, as emendas chegarão a quase 50% dos gastos livres em 2027 e a quase 100% no ano seguinte.

Em 2029, a ser mantido esse ritmo, tamanho será o volume de recursos livres à disposição de deputados e senadores que o Poder Executivo ficará "no vermelho", incapaz de investir um mísero real em políticas públicas.

Essa aberração institucional corrompe a essência do regime presidencialista, é uma afronta à Constituição de 1988. Como se isso não fosse gravíssimo o bastante, sabe-se que o Congresso não tem responsabilidade alguma no manejo das emendas parlamentares.

Caso tivesse, por óbvio, não seria tão recalcitrante em criar mecanismos que garantam a transparência na disposição dos recursos públicos e a aferição dos resultados das políticas públicas em tese custeadas por essa dinheirama.

Na prática, o que vigora no Brasil é um caso sui generis de parlamentarismo: oportunista, personalista e inimputável.

Não tem como este modelo bastardo de governança dar certo, aliás, como não tem dado lá se vão cerca de dez anos.

Como mostrou o Estadão, as emendas parlamentares receberam tratamento privilegiado na formulação do PLDO, com um crescimento garantido de volume sem paralelo com nenhuma outra despesa pública. Em 2026, as emendas vão somar R\$ 53 bilhões. No ano seguinte, R\$ 56,5 bilhões. Já em 2028 serão R\$ 58 bilhões à disposição dos parlamentares, quantia que sobe para inacreditáveis R\$ 61,7 bilhões em 2029. As emendas individuais e de bancada terão um aumento real de até 2,5% ao ano, de acordo com as regras

aprovadas pelo Congresso no ano passado em retaliação à nova rodada de decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) para acabar com o orçamento secreto. Já as emendas de comissão, substitutas das emendas de relator como base do esquema, serão reajustadas pela inflação.

Emendas parlamentares são legítimas.

Porém, em democracias presidencialistas normais, elas têm uma natureza mais limitada, destinando-se a ajustes pontuais para custeio de políticas muito bem definidas.

Não custa lembrar que o Orçamento público é a materialização da democracia representativa. Tão mais forte e vibrante ela será quanto mais eficiente, probo e transparente for o manejo dos recursos dos contribuintes. Do jeito que está, engessado e carcomido pelos cupins da República, que tomam como seus os recursos públicos pela mera conquista de um mandato eletivo, o Orçamento da União é o retrato mais bem acabado dos desafios que a jovem democracia brasileira ainda tem de superar para se consolidar e garantir a todos os cidadãos os bônus políticos, sociais e econômicos que só o regime das liberdades é capaz de oferecer.

Se o Congresso, por razões óbvias, não moverá um dedo para mudar este estado de coisas que só o beneficia, esperava-se que ao menos o Poder Executivo estivesse mais engajado na solução de um problema que só o degrada.

Mas não há sinais desse engajamento no horizonte próximo. A apresentação do PLDO coube ao secretário de Orçamento Federal, Clayton Luiz Montes, um técnico que se limitou a diagnosticar que, "a partir de 2027, há um comprometimento que precisa ser endereçado e, neste momento, com as projeções apresentadas, ainda não foi endereçado".

É urgente que alguém com poder de mando no governo Lula da Silva venha a público e estimule a sociedade a discutir um plano para reverter o crescimento das emendas como proporção das despesas discricionárias. Disso depende não o futuro do atual governo, mas o do próprio País.

O Orçamento público é o reflexo de um projeto de

nação. E a imagem que o PLDO 2026 projeta é de uma nação condenada à mediocridade.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Auditoria do TCU vê gastos fora do Orçamento e cita riscos à economia

Uma auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (T-CU) identificou "riscos da prática de arranjos heterodoxos" na gestão das contas públicas pelo governo federal. Condutas que, segundo a Corte, poderiam ter efeitos colaterais sobre a economia, como a desvalorização do real ante o dólar e o aumento da **inflação**, além da alta das taxas de juros e a fuga de investimentos do País.

O Estadão teve acesso a um documento preliminar da fiscalização feita pelo Tribunal e que será apresentado hoje em audiência pública - que deve contar com a presença de integrantes da equipe econômica. A auditoria foi aprovada em dezembro pelo presidente da Corte de Contas, ministro Vital do Rêgo Filho, e é relatada pelo ministro Bruno Dantas.

Procurados, os Ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento não se manifestaram.

Pelo menos quatro "achados", segundo o documento, chamaram a atenção dos técnicos do TCU: o não recolhimento de receitas à conta única da União; o uso de fundos privados ou entidades para execução de políticas públicas; a utilização de fundos públicos para concessão de crédito; e a falta de transparência na gestão de fundos públicos e privados.

"As práticas identificadas nos quatro achados preliminares representam ameaças à integridade, transparência e sustentabilidade do regime fiscal brasileiro", diz o documento. "A proliferação de mecanismos extraorçamentários pode resultar: 1) na perda de credibilidade das contas públicas; 2) desequilíbrio fiscal persistente; 3) elevação da taxa de juros como reação à im-previsibilidade fiscal."

O TCU chama atenção para o envio pelo governo, na última semana, do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026, que mostrou o estrangulamento das despesas discricionárias (não obrigatórias, que o governo pode cortar livremente), em função do crescimento dos gastos obrigatórios.

"Diante dessas limitações, observa-se o surgimento de arranjos institucionais e financeiros voltados à realização de políticas públicas com financiamento fora do Orçamento geral da União. Tais práticas podem comprometer os princípios orçamentários da universalidade, legalidade e transparência, além de

contornar as regras fiscais em vigor", alertam os técnicos do TCU.

**AVAL DO CONGRESSO.** O TCU ressalta, contudo, que a auditoria está em fase de "instrução", sendo possível que "os achados preliminares" possam ser revistos caso os órgãos e entidades citados apresentem informações ou documentos capazes de "alterar a compreensão da equipe técnica e do plenário da Corte". Além disso, integrantes do Tribunal ouvidos pela reportagem ressaltam que, diferentemente das práticas adotadas pela ex-presidente Dil-ma Rousseff, e que levaram ao seu impeachment, as de agora foram aprovadas pelo Congresso -ou seja, têm caráter legal.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Brasil e Alemanha caminham para o fim da bitributação

Mudanças nas regras tributárias no governo atual e a evolução da política brasileira para acordos tributários criam cenário considerado favorável pelo setor privado e governo para se chegar a um novo acordo entre Brasil e Alemanha pelo fim da bitributação.

Os dois países tinham um acordo nesse sentido que foi assinado na década de 70 e vigorou até 2005, quando foi denunciado pela Alemanha por divergências nos seguintes pontos: regras de preço de transferência; as chamadas "cláusulas de tax sparing matching cre-dit", algo que comumente se traduz como crédito presumido, e a tributação de serviço técnico, que envolve a discussão sobre o tratamento dos royalties.

Vinte anos depois, o maior interesse em um novo acordo pelas 1.600 empresas alemãs instaladas no país e que representam até 10% do PIB industrial nacional não é novo, mas ganha impulso num contexto em que as tarifas do presidente americano, Donald Trump, prometem redesenhar o cenário das relações comerciais globais.

A expectativa sobre a tramitação do acordo UE-Mercosul e a entrada da China no mercado automobilístico brasileiro, setor com forte presença alemã, também compõem o pano de fundo.

Estudo da Tendências Consultoria, encomendado pela Câmara Brasil-Alemanha de São Paulo, buscou dimensionar potenciais efeitos econômicos de um Acordo Bilateral para evitar Dupla Tributação (ADT) entre os dois países.

## Estimativas positivas

Os dados estimam impactos positivos na atração de investimentos estrangeiros diretos no período de 2010 até hoje, tendo como referência 39 países, e na balança comercial do Brasil, no período de 1997 até 2022 (ver quadro nestapágina).

Em investimentos estrangeiros diretos, o Brasil teria recebido 40% a mais sobre o estoque analisado de US\$ 13,2 bilhões quando se comparam os países que têm ADT com o Brasil com os que não têm no período de 2010 em diante, indica o levantamento.

Já com relação às exportações, o aumento seria de

19%, e nas importações, de 14%, na comparação com países que não têm o ADT. O período analisado foi de 1997 a 2023, sendo que o antigo ADT perdeu a validade em janeiro de 2006.

"Pela modelagem econométrica aplicada, que buscou usar séries longas, quanto maior o tempo da ADT maior o efeito positivo para ambos os lados. Então, não adianta ter um acordo de cinco anos porque será limitado. A estabilidade de regras tem efeitos mais importantes para as variáveis econômicas", destaca Alessandra Ribeiro, sócia e diretora de macroeconomia e análise setorial da Tendências Consultoria.

## Parceria

A Alemanha é o principal parceiro comercial do Brasil na Europa e o quarto de forma global. Em 2024, o intercâmbio comercial atingiu US\$ 19,5 bilhões, com exportações brasileiras de US\$ 5,8 bilhões e importações de US\$ 13,7 bilhões, de acordo com dados do Ministério das Relações Exteriores.

O vice-presidente e titular do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), Geraldo Alckmin, tem dito que o tema está sendo encaminhado dentro do governo e técnicos próximos à pasta entendem que as principais controvérsias que levaram à denúncia do acordo, em 2025, são "negociáveis".

Ricardo Galendi Júnior, tribu-tarista do escritório Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich e Schoueri, diz que, desde que foi negociado, o tema de um novo acordo entre Brasil e Alemanha costuma vir à tona em alguns períodos, mas, mais recentemente, em contato com os clientes, percebe-se um movimento mais forte do setor privado nesse sentido. Uma política tributária de acordos por parte do Brasil um pouco mais maleável atualmente contribui para isso, diz.

O acordo entre Brasil e Alemanha foi negociado em 1975, lembra. "A década de 70 foi um período muito bom para a política brasileira de acordos, foi a chamada fase formativa da rede de acordos brasileira." Os acordos para evitar bitributação, explica, fazem com que os países envolvidos tenham que definir os direitos de tributação de cada um sobre os rendimentos transfronteiriços, o que demanda

concessões de cada lado.

#### Modelo da OCDE

O primeiro modelo da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) é da década de 60 e privilegia os interesses dos países exportadores de capital, observa Galendi.

Portanto, o tratamento de royalties, dividendos e juros, nesse modelo, privilegia a tributação no país da residência, que é o país da matriz, no caso de empresas estrangeiras com operações no Brasil. Na década de 70, o Brasil foi muito protagonista em fazer um antagonismo para esse modelo do OCDE, explica.

E isso, de alguma forma, diz Galendi, também culminou na edição do modelo da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1980. Esse modelo cede um pouco mais para o país da fonte

- que seria no caso o Brasil, considerando investimentos de empresas alemãs no país - os direitos de tributar.

"Por isso, na década de 70, conseguimos um acordo com a Alemanha nesses termos, que privilegiava o direito do Brasil em grande medida. Foi uma conquista importante dessa política autônoma de acordo de tributação na época." Naquele período, lembra, o Brasil era visto de maneira mais clara como um país subdesenvolvido, o que também facilitou esses termos. "Nos anos 2000, porém, o tom da conversa mudou um pouco. O Brasil passou a ser visto como um país de renda média e o que a Alemanha entendia como concessões não se justificavam."

"Esperamos uma revitalização da parceria estratégica entre Brasil e Alemanha" Frederico Lamego

Os chamados preços de transferência, uma das causas apontadas pelos alemães para o fim do acordo, são o instrumento aplicado para apurar o lucro tributável em operações de importação e exportação entre empresas do mesmo grupo.

Na época em que o acordo foi denunciado, ressalta Galendi, o Brasil adotava um cálculo com margens pré-determinadas para apuração do lucro, que não necessariamente faziam sentido econômico. "Isso gerava problemas da perspectiva dos alemães e foi levado à mesa à época." Hoje, diz, esse problema não existe mais, porque a Lei 14.596, de 2023, a regra dos preços de transferência mudou e se alinhou com as da OCDE.

As cláusulas do chamado crédito presumido do antigo acordo eram as que mais eram consideradas pelos

alemães como um favor, diz. "Porque no fundo elas obrigavam a Alemanha a conceder um crédito fictício, ainda que o tributo não tivesse sido efetivamente pago no Brasil. Na década de 70, 80, isso era um elemento muito forte da política brasileira de acordos. Era uma condição que o Brasil impunha na época. Inclusive essa na época foi a razão pela qual o Brasil não conseguiu celebrar um acordo para evitar bitributação com os Estados Unidos."

Hoje, porém, os acordos mais recentes para evitar bitributação não contêm mais essas cláusulas de crédito presumido, aponta. "Podemos dizer que existe uma aceitação maior do Brasil em negociar acordos com ausência dessas cláusulas."

Em relação a serviços técnicos, o Brasil tinha uma posição de que as remessas de royalties se qualificavam como "outros rendimentos" na convenção modelo. Isso significava, na época, uma tributação na fonte de 15% sobre o valor bruto dessas remessas. A Alemanha defende que remessas de royalties compõem o lucro das empresas e entraria na conta do resultado líquido para fins de tributação.

O Brasil, diz Galendi, tem negociado nos acordos uma cláusula específica sobre isso, baseada no modelo da ONU, que dá direito ao país da fonte de tributar essas remessas, mas elimina essa insegurança jurídica a respeito da qualificação.

"Não é totalmente o que os alemães gostariam. A posição do Brasil de tributar serviço na fonte dessa forma é heterodoxa, mas não é absurda. Não é tão excepcional na experiência internacional. É uma política tradicional de países latino-americanos e faz parte do jogo. É lógico que, como país da OCDE, a Alemanha quer determinadas condições."

Para Galendi, o ponto de controvérsia que poderia existir num novo acordo está focado, portanto, na questão da remessa de serviços. "Mas o cenário para isso é muito melhor do que o que tínhamos em 2005." Fontes técnicas próximas ao Mdic dizem que as questões que causaram a denúncia no passado podem ser superadas em negociação. Elas frisam que "não necessariamente, por exemplo, o Brasil abrirá mão da tributação sobre serviços, mas os temas são negociáveis".

Os técnicos da pasta têm posição considerada "tradicionalmente favorável" a um novo acordo, o que contribuiria para maior segurança jurídica nas negociações bilaterais, com elevação de investimentos, exportações e aquisição de tecnologia.

Agenda convergente

Na visão dos empresários alemães, o Brasil e a Alemanha têm uma agenda de interesses convergente em diversos aspectos, mas os que envolvem tecnologia e inovação, sustentabilidade e combustível sustentável se destacam no momento.

No que se refere à tecnologia e inovação, as indústrias do mundo estão passando por uma transformação. É cada vez mais intensivo o uso de tecnologias de ponta, como inteligência artificial, no processo fabril. A Alemanha já está inserida nesse ecossistema. O Brasil, por sua vez, precisa importar tecnologias para transformar a sua indústria. "A importação dessa tecnologia é muito cara sem um acordo bilateral que acabe com a bitributação", diz Sheila Pieroni, gerente de Assuntos Governamentais da empresa alemã de engenharia e tecnologia Bosch.

Por outro lado, o Brasil é considerado competitivo em tecnologia, especialmente pela qualidade da mão de obra, segundo Afonso Lamounier, diretor de Assuntos Governamentais da empresa alemã de tecnologia SAP. A multinacional tem 18 centros de inovação pelo mundo, um deles está no Brasil, na cidade de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, onde 2 mil funcionários fazem desenvolvimento e suporte de software para o mundo inteiro. "Certamente poderíamos trazer mais investimentos com o fim da bitributação", diz Lamounier.

A adoção dessas tecnologias de ponta também exige um aumento no consumo de energia pela indústria. O preço da energia na Alemanha ficou pressionado desde a guerra na Ucrânia lançada pela Rússia, que era o principal fornecedor de gás para o país. O governo alemão se viu obrigado a lançar um plano de diversificação de fontes, buscando ampliar sua base para energias renováveis para suprir especialmente a base industrial.

Nesse contexto, o Brasil tem sido visto como parceiro estratégico pelo empresariado alemão como fornecedor de energia limpa de forma escalável e de longo prazo. "Há grande perspectiva de negócios com o Brasil. Estamos interessados em energia verde, como hidrogênio, em tecnologias e também minerais críticos", diz Jochen Köckler, chairman da Deutsche Messe AG, que gerencia a maior feira de tecnologia industrial do mundo, que acontece em Hannover, na Alemanha, neste mês. O evento reúne mais de 4 mil expositores e 300 startups do mundo todo.

Em 2026, o Brasil será o país parceiro desse evento. "Nós escolhemos o Brasil justamente pela sua potencialidade como parceiro estratégico de longo prazo, especialmente em um momento geopolítico como o atual. A Europa e a Alemanha têm que reagir a essa nova situação. É preciso diversificar as parcerias

comerciais, essa é uma lição aprendida. Esperamos que o presidente Lula venha ao evento no ano que vem", ressalta o executivo.

Para o Brasil, o evento representa uma oportunidade de apresentar a política industrial "Nova Indústria Brasil" na Alemanha. "É uma vitrine para o país e um momento perfeito. Pretendemos levar mais de 200 empresas brasileiras, 100 startups e universidades. Queremos apresentar produtos e serviços tecnológicos e inovadores da agroindústria, do setor de energia, como o biocombustível, energia solar, hidrogênio verde, possibilidades em minerais críticos e data centers", afirma o presidente da Apex Brasil, Jorge Viana.

A agenda de transição energética e a de transformação tecnológica são temas relevantes para o Brasil, diz Frederico Lamego, o superintendente de relações internacionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI). "Esperamos uma revitalização da parceria estratégica entre Brasil e Alemanha. O tema bitributação e os demais serão pauta do encontro com empresários, em junho deste ano, na Bahia", que é quando acontece Encontro Econômico Brasil-Alemanha (EEBA) para discutir oportunidades de negócios e cooperação.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188174?page=1&section=1>

# Consumo aumenta 5,3% no 1º bi em MT

**Silvana Bazani**

Consumo de óleo diesel aumentou 5,3% no 1º bimestre de 2025 em Mato Grosso. As vendas do combustível fóssil no varejo saíram de 717,7 milhões de litros nos dois primeiros meses de 2024 para 756,5 milhões de litros, acumulados de janeiro a fevereiro deste ano, segundo informações estatísticas da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

A demanda pelo produto derivado do petróleo permanece em ascensão no estado, apesar da majoração de até 8,34% ou R\$ 0,50 centavos por litro, acumulada nos últimos 12 meses encerrados em abril. De acordo com levantamento da ANP, no dia 21 de abril de 2024 o preço médio do óleo diesel em Mato Grosso alcançava R\$ 5,99 por litro.

Atualmente, o produto custa até R\$ 6,49 por litro nos postos de combustíveis de Cuiabá, conforme monitoramento realizado pela Secretaria Estadual de Fazenda de Mato Grosso (Sefaz) por meio do programa Nota MT.

No último sábado (19), o litro do diesel comum (S500) era reventado por até R\$ 6,59 na cidade. O mapeamento dos preços no varejo realizado pela Sefaz demonstra, portanto, uma diminuição de R\$ 0,10 centavos por litro nos últimos 4 dias.

Na sexta-feira (18), a Petrobras reduziu em R\$ 0,12 centavos por litro os preços de venda do diesel A - ainda sem adição de biodiesel - nas refinarias.

De acordo com a estatal, o preço do derivado fóssil passou a ser, na média, de R\$ 3,43 por litro. A Petrobras reforçou que o valor final do diesel depende de outros fatores além do produto, como a incidência de **tributos** - variável por estado - e o percentual de lucro das distribuidoras, como BR, Ipiranga, Ale, e Raízen (Shell e Cosan). O desconto de R\$ 0,12 centavos por litro também não é linear porque o produto final na bomba traz a mistura de 86% de diesel A com 14% de biodiesel para composição do chamado diesel B, conforme estabelece o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

A mistura determinada desde 2023 torna o combustível menos poluente.

Assim, a Petrobras afirma que parcela da empresa no preço ao consumidor passa a ser de R\$ 2,95 por litro,

uma redução de R\$ 0,10 a cada litro de diesel B. Ainda segundo a estatal, desde dezembro de 2022 os preços do diesel para as distribuidoras reduziram em R\$ 1,06 por litro, desconto de 23,6%. "Considerando a **inflação** do período, esta redução é de R\$ 1,59/ litro ou 31,7%", detalha a companhia, em nota. A última redução ocorreu em 31 de março deste ano. Em Cuiabá, o menor preço registrado para o diesel comum (S500) é 5,72 por litro.

**Site:** <https://www.gazetadigital.com.br>

# Reflexões de quem usa o transporte público em Salvador (Artigo)

**Tadeu Paz**

Tadeu Paz - Jornalista e usuário do sistema público de transporte

No trabalho, quando digo que vim de metrô e/ou ônibus, noto aquele segundo de silêncio carregado de espanto. Um colega levanta a sobrancelha. Outro solta um riso meio desacreditado, seguido de um "Rapaz, você tem coragem, viu?". Como se usar o transporte público em Salvador fosse o inferno na terra.

Enquanto muitos da chamada classe média fogem da ideia de pisar em uma estação de metrô ou entrar em um ônibus, há uma cidade inteira que não tem outra opção. Estudantes, trabalhadores do comércio, diaristas, operários... Gente que acorda cedo e entra num sistema que, embora longe do ideal, é o que existe para chegar onde se precisa estar.

E veja, eu entendo as críticas. O sistema de transporte de Salvador tem seus per-rengues. A integração ainda não funciona de forma fluida em todas as áreas. Ônibus superlotados nos horários de pico, terminais mal conservados, atrasos, linhas extintas sem aviso prévio, tudo isso é verdade. Mas também é verdade que o metrô de Salvador - que já foi motivo de piada pela demora na construção - hoje é um dos mais modernos do País. Funciona, chega no horário, é limpo e conecta bairros importantes.

O problema maior não está só no sistema em si, mas no olhar social que carregamos sobre ele. Para muita gente da classe média, transporte público ainda é sinônimo de "fracasso" ou "falta de opção". Como se o sucesso fosse medido pelo número de aplicativos de transporte no celular ou pelo carro na garagem do prédio. E isso, sejamos sinceros, também diz muito sobre a forma como essa cidade é dividida - por muros, por preconceitos, por desigualdades históricas.

Não dá pra ignorar que o transporte por aplicativo se tornou um luxo cotidiano que muitos não conseguem mais bancar, diante da **inflação** e do custo de vida atual. Imagine depender de transporte por aplicativo ou táxi todo dia? Uma ida e volta da Liberdade ao Iguatemi pode passar dos R\$ 50, enquanto, com metrô e ônibus integrados, se gasta R\$ 5,60 - o que, por trecho, também não é barato. Para quem ganha um salário mínimo, essa conta simplesmente não fecha.

Então, quando digo que venho trabalhar de metrô e ônibus, não estou fazendo uma escolha "ousada" ou "exótica". Estou praticando o que boa parte da população de Salvador faz todos os dias. O transporte público, com todos os seus problemas, ainda é o principal meio de deslocamento da cidade. E talvez, se mais gente deixasse o preconceito de lado e vivesse um pouco dessa realidade, a pressão por melhorias fosse maior e mais eficaz.

No fim das contas, não é só sobre chegar de um ponto a outro. É sobre convivência, sobre enxergar a cidade por outro ângulo. E, quem sabe, sobre reconhecer que Salvador vai muito além do retrovisor de um carro com ar-condicionado.

O transporte público, com todos os seus problemas, ainda é o principal meio de deslocamento

**Site:**

[https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab\\_995E59611266125B1501031E74BDAAD81465225D7CC5E05E3FC38C7FC902170776E716447091A9561573DE137B0EC0098A422B537779D04FD389F979C53ABFFD17EB7CB1E73146FC9A463D696D960B9DDB7046A905EB1F9A0A8CB54BAF7890EDB530B81E2A50278A0089C0502639A3C59A6B8426D4F2D6CD5C235](https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_995E59611266125B1501031E74BDAAD81465225D7CC5E05E3FC38C7FC902170776E716447091A9561573DE137B0EC0098A422B537779D04FD389F979C53ABFFD17EB7CB1E73146FC9A463D696D960B9DDB7046A905EB1F9A0A8CB54BAF7890EDB530B81E2A50278A0089C0502639A3C59A6B8426D4F2D6CD5C235)

# Mundo tem risco de recessão

O economista-chefe do FMI, Pierre-Olivier Gourinchas, afirmou que o risco de o mundo enfrentar um cenário recessivo em 2025 por conta da guerra comercial desencadeada pelas tarifas do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, passou de 17% para 30%. O organismo não prevê recessão em seu cenário base.

"Embora não estejamos projetando uma recessão global, o risco de que ela ocorra este ano aumentou substancialmente, de 17% projetado em outubro para 30%", disse Gourinchas, em entrevista coletiva ontem.

O organismo espera que a economia mundial cresça 2,8% neste ano, projeção de 0,5 ponto percentual menor que a anterior, divulgada em janeiro. Para o próximo ano, a expectativa passou para uma alta de 3,0%, ante estimativa de avanço de 3,3% anteriormente. (Estadão Conteúdo)

**Site:**

**<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2025/04/mundo-tem-risco-de-recessao.html>**